



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**CONSTRUÇÃO DO AÇUDE ENGENHEIRO ÁVIDOS:
NARRATIVAS SILENCIADAS DAS VÍTIMAS DA SECA
E DO PROGRESSO (SÃO JOSÉ DE PIRANHAS/PB,
1920-1980)**

ISAIAS SOUZA DE OLIVEIRA

CAJAZEIRAS - PB

2017

ISAIAS SOUZA DE OLIVEIRA

**CONSTRUÇÃO DO AÇUDE ENGENHEIRO ÁVIDOS:
NARRATIVAS SILENCIADAS DAS VÍTIMAS DA SECA
E DO PROGRESSO (SÃO JOSÉ DE PIRANHAS/PB,
1920-1980)**

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção de nota.

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Mariana Moreira Neto

CAJAZEIRAS - PB

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

O482c Oliveira, Isaias Souza.

Construção do açude Engenheiro Ávidos: narrativas silenciadas das vítimas da seca e do progresso (São José de Piranhas/PB, 1920-1980) / Isaias Souza Oliveira. - Cajazeiras, 2017.

77p.: il.

Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Moreira Neto.

Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2017.

1. Seca. 2. Sertão. 3. Impactos sociais - Construção de açude. 4. Açude Engenheiro Ávidos - construção. I. Moreira Neto, Mariana. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

ISAIAS SOUZA DE OLIVEIRA

**CONSTRUÇÃO DO AÇUDE ENGENHEIRO ÁVIDOS:
NARRATIVAS SILENCIADAS DAS VÍTIMAS DA SECA
E DO PROGRESSO (SÃO JOSÉ DE PIRANHAS/PB,
1920-1980)**

Aprovado em: _____/_____/_____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Mariana Moreira Neto (Orientadora)
Universidade Federal de Campina Grande - CFP

Prof. Dr. Maria Lucinete Fortunato (Titular)
Universidade Federal de Campina Grande - CFP

Prof.^a Dr.^a Iveralda Dantas Nóbrega Di Lorenzo (Titular)
Universidade Federal de Campina Grande - CFP

Prof.^a Dr.^a Ana Rita Uhle (suplente)
Universidade Federal de Campina Grande - CFP

**CAJAZEIRAS - PB
2017**

DEDICO

A Deus, que sempre está ao meu lado.
À minha família e amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força necessária ao longo do trabalho, sendo o meu guia em todas as horas, e por me ajudar colocando tantas pessoas boas em meu caminho.

À minha mãe Maria de Lourdes e ao meu pai Francisco Cipriano, juntamente com meus irmãos Israel e Ismael Oliveira, que somaram forças ao meu favor, adicionando o apoio da minha esposa, Anuska Revia, e aos demais familiares que mesmo diante da dificuldade sempre estiveram apoiando meus estudos, fazendo com que eu chegasse nesta importante etapa da minha vida.

A todos meus avós, os paternos Teodomiro Cipriano e Francisca Torres, os maternos Bitônio Souza e Elisabete Soares, também tios e familiares que de forma digna e simples me ensinaram a importância da educação. Ao meu amigo Danilo Cezário que também me ajudou com a sua atenção quando precisei. A todos os amigos, que são muitos, e por este motivo generalizo.

A todos os professores que contribuíram grandiosamente durante o ensino fundamental, médio e superior.

Aos meus amigos Toinho de Inocência e sua esposa Valmira; ao jornalista Fernando Caldeira, que usou da sua profissão para nos ajudar a chegar à escola; aos entrevistados, que durante a pesquisa cederam suas lembranças em forma de narrativas e o acolhimento em suas residências.

Ao meio de comunicação radiofônico de Cajazeiras através do Jornal Gazeta e da Rádio Alto Piranhas.

A todos os professores do Centro de Formação dos Professores da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Cajazeiras.

As professoras Maria Lucinete Fortunato, Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo, Ana Rita Uhle que, generosamente, aceitaram participar de minha banca examinadora.

E, finalmente, à minha orientadora Mariana Moreira Neto, que de forma gentil e atenciosa, sábia e profissional, me instruiu no decorrer da realização da pesquisa.

E não poderia esquecer de agradecer ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à ex-presidente Dilma Vana Rousseff, que durante seus mandatos investiram tanto na certeza de que a educação é a melhor forma de mudar para melhor o Brasil.

Quem não lê, aos 70 anos terá vivido só uma vida. Quem lê, terá vivido 5 mil anos. A leitura é uma imortalidade de trás para frente.

Umberto Eco

RESUMO

Este trabalho busca problematizar os impactos sociais decorrentes da construção do Açude Engenheiro Ávidos, no município de Cajazeiras, apontada como solução final para os efeitos negativos gerados pela seca. A construção do açude desencadeou o deslocamento forçado de pessoas que possuíam casas, terras, gado, engenhos de cana-de-açúcar e casas de farinha. Pessoas que, por não receberem o devido ressarcimento, amargam o empobrecimento material e social. Analisa também os privilegiados com a construção do manancial, usando do poder aquisitivo já existente para um investimento na comercialização de produtos entre os trabalhadores e suas famílias. A relevância da pesquisa se situa na possibilidade de construção do entendimento de outros aspectos da história, daqueles que foram vítimas do progresso, de medidas governamentais para valorizar o espaço geográfico nordestino, sem o planejamento necessário. Famílias foram dizimadas financeiramente para dar espaço a grandes mananciais. Toda uma estrutura familiar foi fragmentada. Indenizações que não foram pagas, analfabetos que não souberam realizar o procedimento burocrático. A construção do Açude Engenheiro Ávidos tem pontos positivos, mas, da mesma forma, revela seu lado negativo. As duas versões historiográficas devem se relacionar sob a ótica de diferentes interesses, desfigurando uma única narrativa de modo a ouvir os dois lados na mesma temporalidade.

Palavras-chave: Seca. Sertão. Impactos sociais.

LISTA DE FOTOS

FOTO 1: casarões que abrigavam os engenheiros da construção do Açude Piranhas.	31
FOTO 2: galpão para guarda do maquinário usado na construção do açude	32
FOTO 3: foto rara do Engenheiro Moacyr Monteiro Ávidos que deu nome ao distrito e ao açude	33
FOTO 4: notícia do falecimento do engenheiro Moacir Ávidos em 1932	34
FOTO 5: Açude Piranhas durante sua construção em 1936. Vista do talude de montante	34
FOTO 6: Açude Piranhas – Saída das galerias da tomada de água.....	35
FOTO 7: Açude Piranhas durante sua construção em 1936. Vista do talude de jusante.....	35
FOTO 8: sangria por cima da parede da Barragem Engenheiro Ávidos	38
FOTO 9: sangria através das comportas que substituíram a sangria por cima da parede	38
FOTO 10: Sítio Frade, onde residem meus pais e parte da sua família	62
FOTO 11: visão frontal da bacia do Açude Engenheiro Ávidos com baixo volume de água.....	62
FOTO 12: moedas e frascos encontrados em ruínas de uma casa que estava submersa.....	65
FOTO 13: ruínas de uma casa que estava submersa	65
FOTO 14: ruínas de um forno de fazer farinha que estava submerso.	66
FOTO 15: cacimba localizada no pé da serra de Boqueirão de Piranhas.....	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - A CONSTRUÇÃO DE AÇUDES, ACÚMULO DE ÁGUA COMO SOLUÇÃO	16
1.1 OS SERTANEJOS QUE RESISTEM A ESTIAGEM PROLONGADA NA REGIÃO DO RIO PIRANHAS	22
CAPÍTULO II - BARRAGEM ENGENHEIRO ÁVIDOS: A CONSTRUÇÃO E SUAS HISTÓRIAS.....	27
2.1 VILA DE BOQUEIRÃO DE PIRANHAS, A NOVA SEDE DO DNOCS	39
CAPÍTULO III - AS VÍTIMAS DA SECA E DO PROGRESSO: ENTRE PERDAS E GANHOS - A QUEM O AÇUDE INUNDOU COM BENEFÍCIOS E OS SUBMERSOS DA CONSTRUÇÃO?	43
3.1 HISTÓRIAS SUBMERSAS	45
3.2 SÍTIO FRADE ANTES E DEPOIS DA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE.....	61
3.3 LIBERDADE VIGIADA: O CONTRATO ENTRE RENDEIROS E DNOCS...	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
FONTES E REFERÊNCIAS	74

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar como se deu a construção do Açude Engenheiro Ávidos, localizado na fronteira dos municípios de São José de Piranhas e Cajazeiras, no Alto Sertão da Paraíba. No final do século XIX e início do século XX, a ocorrência de grandes secas além de forçar o nordestino a migrar de localidades rurais para cidades da região e outras partes do país, inchando as cidades de flagelados que esmolavam, sobretudo, comida, reclama do governo federal a adoção de medidas que resolvessem o problema. É neste contexto que é criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) com o objetivo de sistematizar as ações de combate às secas no Nordeste do Brasil, região mais atingida pelo fenômeno climático e por suas consequências econômicas e sociais. Neste sentido, teve início a construção de grandes açudes.

A situação poderia melhorar gradativamente com esses investimentos na área hídrica. Porém, o benefício visado não chegaria a todos de forma coletiva. Muitas pessoas tiveram que desocupar suas casas em nome da solução final dos males da seca, com a construção de grandes mananciais. Os prejudicados foram expulsos rapidamente de suas propriedades, deixando tudo para trás, de cultura material a imaterial, como objetos de valor que não podiam ser transportados devido à ausência de meios apropriados.

Ante essa situação, se apresentou como instigante investigar quem foram essas pessoas que, no silêncio das suas angústias, foram tiradas do seu espaço geográfico. O que elas poderiam fazer ou dizer para que fosse viabilizado um plano de apoio aos futuros retirantes? Quais palavras de manifesto a ser pronunciadas se naquele momento não teria mais nada a ser feito para reverter a situação? O diálogo entre o governo e os moradores foi tranquilo? Décadas depois essas perguntas são direcionadas, se não às vítimas atingidas diretamente por esse “progresso”, aos seus familiares que, pela primeira vez, são escutados.

O problema apresentado na pesquisa é justamente essa incoerência social na construção da maioria das grandes obras, mas com destaque na construção do Açude Boqueirão de Piranhas, como também é conhecido o Açude Engenheiro Ávidos. Uma obra situada numa região interiorana do estado da Paraíba, habitada por pessoas que viviam suas vidas de forma discreta e pacífica, até o momento em que foram invadidas

por políticos, engenheiros, trabalhadores de vários lugares do país, com suas máquinas modernas e desconhecidas para quase a totalidade dos sertanejos. Muitos dos trabalhadores qualificados da obra eram estrangeiros (ingleses, norte-americanos).

A empolgação deixava muitos moradores confusos, amedrontados, inseguros, e altamente prejudicados com esta iniciativa desenvolvimentista. Mas se todos tivessem sido beneficiados não existiria pendências a esclarecer. Porém, dois argumentos foram lançados para o debate. Um deles seria a resolução das grandes crises hídricas e o outro indagava de forma simples para onde iriam as pessoas que residiam nestas terras cobertas pelas águas. A segunda pergunta não foi respondida de forma justa. Se o atingido questionasse o andamento dessas obras seria taxado de contrário ao bem comum. Ficando à margem do debate, os empobrecidos seriam tragados pelo esquecimento tão logo a força do progresso chegasse a ser concretizada.

Os objetivos gerais serão apresentados como forma de esclarecer esses dois pontos: os benefícios em que essa obra de grande porte representou no histórico combate aos efeitos da seca, que são meramente de ordem natural; e os malefícios causados aos que tiveram que deixar tudo para trás. Quem são essas pessoas? Como viviam? Para onde foram? Tematizar essa problemática com uma análise mais sensível para compreender as partes envolvidas neste processo histórico foi possível com a narrativa e a sistematização das falas dos afetados pelo projeto, permitindo vislumbrar outras vítimas históricas da seca e do progresso.

Neste caso, trabalha-se com a perspectiva de que todos os envolvidos são sujeitos históricos que pertencem a um período não tão longínquo da nossa história. Cada um prestando uma contribuição significativa na mudança do meio social, pertencente a um determinado espaço geográfico, e, assim, sofrendo os impactos das alterações naturais e políticas que os circundam. Assim, pois, procura-se caminhar tendo como referência a sensibilidade histórica de ouvir a voz daqueles que são excluídos da construção das grandes obras hídricas de combate às secas.

É pertinente vislumbrar como essa movimentação humana e social em torno destes conjuntos de obras relacionadas ao combate às secas desencadeou um rompimento familiar, cultural e demográfico. No caso do Açude Engenheiro Ávidos, famílias onde patriarcas residiam com seus filhos nas proximidades do rio foram todas retiradas do lugar social e espacial, registrando uma dispersão que rompeu afetividades,

sociabilidades. Neste momento, cada membro da família seguiu seu rumo. É registrada uma modificação na execução de tradicionais culturas antes existentes, como a pecuária e a agricultura de subsistência, além de mudanças na cultura imaterial, como festas religiosas, novenas nas casas de parentes, a prática de acender fogueiras.

Em termos teóricos, para reforçar a importância de trabalhar com a memória, alguns autores foram essenciais para entender esse processo de registro de narrativas. A pesquisa se entrelaça com a minha história de vida, por justamente ser aquele o lugar que sou originário enquanto ser social. Os entrevistados foram extremamente necessários para reforçar o que já era sabido enquanto memória. Como afirma Halbwachs (1990, p. 24):

Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos pareçam obscuras. Ora, a primeira testemunha, à qual podemos sempre apelar, é a nós próprios.

Saber ouvir os testemunhos de um povo é procurar entender seus modos de vida, sua organização social e suas perspectivas quanto ao fator histórico. Como afirma Le Goff (1990, p. 423), “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

A importância deste trabalho é deixar registrada a fala dos remanescentes que sofreram, direta ou indiretamente, as mudanças trazidas pela construção do Açude Engenheiro Ávidos. Além disso, é relevante como forma de visualizar os desabrigados em nome do progresso.

O referencial teórico-metodológico utilizado teve como um dos suportes a leitura e análise de trabalhos de autores diversos que foram pioneiros em problematizar essa questão. Dentre os autores analisados destaca-se o historiador Deusdedit Leitão que, de forma didática, relata a necessidade da construção do açude e narra como se deu a transferência da Vila de São José de Piranhas do seu espaço geográfico pioneiro para o Sítio Jatobá onde é hoje a atual cidade de São José de Piranhas. Também foram realizadas entrevistas com familiares dos que foram desabrigados durante a construção

de Boqueirão de Piranhas buscando apreender suas impressões sobre como foi deixar suas localidades para outras áreas ou ter que se adequar às normas e regras impostas pelos organismos oficiais que passaram, de forma sistemática, a exercer uma vigilância sobre todos os moradores que residiam nas margens da represa.

O interesse por essa pesquisa surgiu no decorrer de minha infância e adolescência, quando ouvia as pessoas idosas falarem dos seus amigos e antigos moradores que foram embora e não mais receberam notícias dos mesmos. Nos trajetos realizados no Sítio Frade se percebiam os lugares antes habitados. A curiosidade aumentava conforme as águas recuavam com a sede insaciável da seca. O açude vomitava suas ruínas em pedaços de material, fragmentos de paredes, túmulos, utensílios que poderiam ser visualizados. Quase todos que residiam no sítio tinham algo para contar em relação ao período em que as primeiras águas engordavam o rio, subindo primeiro as pequenas barreiras e depois nas serras mais baixas até chegar às modestas residências, construídas com alvenaria ou barro. A força da água era alheia a esses detalhes, pois todas elas foram desaparecendo nas profundezas de um progresso incompreensível para a maioria daqueles que viam seus únicos recursos agonizarem no desaparecimento.

No primeiro capítulo é feito um detalhamento da construção de grandes açudes em toda a região Nordeste. Abordada essa questão com uma pequena trajetória do que a seca representa para o subdesenvolvimento desta região, bem como a idealização do processo da açudagem, como ficou conhecida a construção coletiva de açudes em vários lugares. Da mesma forma, são apresentados os sertanejos que resistiam à estiagem prolongada e sobreviviam na região do rio Piranhas. A prática da agricultura e da pecuária como meio de subsistência para o sustento familiar bem como a dificuldade de transporte de materiais como o próprio algodão nas estreitas veredas do sertão. O quase isolamento comercial com outras localidades, povoados e até cidades pela inexistência de estradas que facilitassem o acesso. Acrescentando de forma breve como se deu o povoamento da Região de Cochós, e conseqüentemente, a origem dos primeiros moradores do Distrito de Boqueirão de Piranhas.

No segundo capítulo é discutida a construção da barragem Engenheiro Ávidos somando as suas histórias. Detalhes que pela primeira vez são descritos em um documento acadêmico sobre as adversidades que provocaram a morte de dezenas de

trabalhadores por precariedade das condições de saúde, água não tratada da forma apropriada e por uma má alimentação que contribuía para o falecimento dos mesmos. Será narrada a necessidade da construção e a sua realização, apresentando algumas dificuldades de cunho geográfico-espacial.

No terceiro capítulo, fazemos uma abordagem mais detalhada do processo de desocupação das terras que foram submersas. Os entrevistados narram com detalhes como eles ou seus parentes sofreram com a saída de suas propriedades, de suas casas e benfeitorias já montadas e organizadas. Como era antes da construção da grande obra e como se deu após a conclusão da mesma. Nesta parte do trabalho, as vítimas da seca e do progresso dão vida às memórias deste período conturbado para seus familiares, destacando a construção das relações com o institucional, através das indenizações, do apoio governamental e das melhorias prometidas e/ou efetivadas. Emergem ainda as memórias dos momentos em que a água cobriu bens e histórias, em um patrimônio impagável financeiramente, bem como do Sítio Frade, localizado às margens do açude que, ao atingir o seu volume máximo, o divide em três partes, permanecendo sem cobrir apenas a parte próxima a Serra do Bento, localidade onde ainda reside grande parte dos personagens principais desta trama histórica. Por fim, se analisa como a presença do institucional, personificado na sede da IFOCS, depois, DNOCS, no Distrito de Engenheiro Ávidos, traz novas compreensões sobre o viver no sertão, seja através do contrato firmado entre o órgão e os rendeiros que passariam a ser vigiados severamente, seja através da definição de regras e cláusulas que não só definiam o que fazer, mas puniam as transgressões.

Portanto, este trabalho tem relevância histórica quando aborda e problematiza os impactos e danos causados aos moradores que tiveram que sair de suas propriedades durante a construção do Açude Engenheiro Ávidos. Como foram prejudicados não apenas materialmente, mas perdendo todo um referencial espacial, social, cultural, religioso. Na convivência familiar original, eles faziam suas festas com a presença dos vizinhos, as mulheres, principalmente, rezavam as novenas do mês de maio. Na época junina acendiam uma fogueira aos santos reverenciados. As terras eram preparadas para o plantio do milho, do feijão, culturas de subsistência e modelos de sobrevivência dos moradores. Não perderam apenas terras produtivas, mas laços culturais e familiares foram bruscamente rompidos.

O trabalho é importante ao explicitar as contradições que, historicamente, são negligenciadas pelas instâncias governamentais, que apresentavam, e ainda defendem o represamento de águas como a única solução para combater os efeitos das estiagens. Um discurso que nunca considerou as especificidades humanas da região. Malvezzi (2007, p. 10) reforça esse contraponto quando adverte que o Semiárido Nordeste é o mais chuvoso do planeta com uma pluviosidade média de 750mm/ano. O que se instituiu, adianta, foi a tendência em atribuir à natureza problemas políticos, culturais e sociais, desviando o investimento em outras áreas e não somente no processo de açudagem. Uma constatação corroborada por um dos narradores desta história quando lembra que havia água suficiente para todos que residiam no leito do rio Piranhas — “água não era o problema”. Na verdade, a questão tem implicações na desassistência aos pobres, analfabetos e esquecidos socialmente.

CAPÍTULO I

A CONSTRUÇÃO DE AÇUDES, ACÚMULO DE ÁGUA COMO SOLUÇÃO

No Sertão, vale mais deixar a família um bom açude do que rico e bello palácio

Phelippe Guerra, 1903

Durante a trajetória socioeconômica do Nordeste, a crise hídrica sempre foi um grave problema por causa da irregularidade da chuva registrada anualmente nesta região de clima semiárido. As estiagens prolongadas fazem com que a água desapareça. Como descreve o escritor Roberto Malvezzi (2007, p. 13), as águas das chuvas não conseguem penetrar no subsolo; correm diretamente para os rios intermitentes e deles seguem rápidas para o mar ou se perdem por evaporação. Essa problemática, de origem natural, vem afetando milhões de nordestinos. Segundo o historiador Marco Villa (2001, p. 13), o saldo das sucessivas secas é uma estimativa de três milhões de vítimas fatais nos séculos XIX e XX. A origem natural da seca é um conhecimento de fácil compreensão, porém, as concepções políticas que foram sendo constituídas e instituídas ao longo da história trazem a marca das motivações políticas e culturais que transformam um fenômeno natural em problema social.

Portanto, afirmar que a única solução para combater a seca seja através do acúmulo de água é prover de uma grande desinformação para não enxergar a ausência de políticas públicas nestes territórios afetados pelas irregularidades pluviométricas, e, mais ainda, por uma classe política que enxergou e ainda enxerga o problema como combustível para promoção pessoal. Por sua vez, a população cansada de esperar soluções resolve tomar suas próprias atitudes, como relata Marília Fontana (1984, p. 1):

Rezar, inscrever-se numa frente de trabalho, mendigar, juntar-se a um grupo que cerca a prefeitura, conformar-se, saquear, apelar para o fatalismo, migrar: estas são as alternativas colocadas por uma criteriosa arte de sobreviver que ao longo do tempo foi se incorporando à tradição e ao cotidiano do povo do Nordeste.

Percebe-se, pois, que os principais afetados e diretamente prejudicados com o agravamento da seca não tinham como esperar. Conformer-se tinha o mesmo significado de esperar a fraqueza do corpo e a conseqüente morte. Por semelhante pensamento, o escritor Jorge Coelho (1985, p. 37) descreve que os prejudicados ficam esperando que os governantes criem “[...] condições para a pequena unidade produtora de agricultura familiar, de propriedades, parceiros ou arrendatários, produzir nos períodos de estiagem, pelo menos, o mínimo necessário para o seu sustento”.

Porém, há muitos interesses políticos que impedem o desenvolvimento do sertão, de ser povoado e conseqüentemente de receber a atenção necessária. Um exemplo básico está na reprodução de um discurso criado com objetivos de manter uma oligarquia política, como descreve Souza e Medeiros Filho (1983, p. 7) ao dizer que “por trás da seca, e muito antes do seu aparecimento, existe e persiste uma estrutura social nacional que mantém o Nordeste numa situação de dependência e subordinação”. Corroborando com essa posição, Darcy Ribeiro (1995) mergulha com mais profundidade na descrição da “indústria da seca”:

Chegou-se mesmo a implantar uma “indústria da seca”, facilmente simulável numa enorme área de baixa pluviosidade natural, quando para isso se associam os políticos, que, dessa forma, encontram modos de servir sua clientela, os negociantes e empreiteiros de obras que passam a viver e a enriquecer da aplicação de fundos públicos de socorro e os grandes criadores pleiteantes de novos açudes, valorizadores de suas terras e que nada lhes custam. Apesar dos planos governamentais consignarem sempre a destinação dos açudes à irrigação das terras para os cultivos de subsistência, na forma de pequenas propriedades familiares, jamais um palmo de terra das terras beneficiadas foi desapropriado com esse objetivo, ficando as áreas irrigáveis sob o domínio dos fazendeiros, para usos que mais lhe convinham. Assim, todos os programas de socorro aos flagelados resultaram em iniciativas consolidadoras do latifúndio pastoril, salvaguardando o gado bovino dos fazendeiros, mas mantendo o sertanejo nas mesmas condições precárias, cada vez mais indefesos em face de uma exploração econômica mais danosa do que as secas (RIBEIRO, 1995, p. 348).

A citação acima detalha as irregularidades que eram realizadas na execução dos programas governamentais instituídos para “combater as secas”. Programas que produziram perniciosos vícios. Através de ações, falas e intenções esta “indústria” foi sendo alimentada, controlada por interesses de grupos oligárquicos que se perpetuaram

com o usufruto dos recursos destinados ao socorro dos flagelados da seca, mantendo uma nociva relação dos “coronéis” e seus subordinados, como afirma Andrade (1985, p. 7) ao dizer que “a questão da seca não se resume tão somente à falta de água”.

Convém ressaltar, portanto, que há água no Nordeste, mas ainda hoje falta interesse em resolver a sua má distribuição e deficiente aproveitamento. Ainda sobre essa questão, Andrade (1985, p. 7) diz que é “necessário desmitificar a seca como elemento desestabilizador da economia e da vida social nordestina e como fonte de elevadas despesas para a união”, ou seja, desconstruir o entendimento único de que a seca, sendo um fenômeno climático da própria natureza, é culpada, em todos os momentos, pelo histórico de fome e miséria que impede a região sertaneja de crescer por completo.

Diante do prolongamento das secas e o aumento considerável dos flagelados, o represamento de água foi uma preocupação governamental surgida ainda no século XIX quando começou a ser adotada a ação conhecida como “solução hídrica” com a criação de uma política das águas, também chamada de “açudagem”. Desta forma começavam os trabalhos com a finalidade de acumular água através da construção de açudes¹.

A seca era sinônimo de sofrimento, com suas marcas da exposição solar em excesso, em uma terra querida por seus habitantes que caminhavam com suas feridas que teimavam em não cicatrizar e chagas reabertas anualmente na memória de um povo. Marília Fontana (1984) expõe o cenário provocado pela estiagem quando afirma que, nos períodos de seca, a arte de driblar a fome e a miséria deve ser exercida com maestria. A morte por inanição não é mais um fantasma que ronda, mas uma realidade que se instala.

O Nordeste simbolizava o atraso, o primitivo daquilo que na modernidade não existia mais. A ignorância de um povo que ficou para trás ante os avanços da medicina e da tecnologia. Uma região invadida pelo cangaço e pela violência. Uma região que despertava pena, que foi sendo legitimada e imaginada pela população de outras regiões do país, pela literatura, como o livro “*Vidas Secas*” (1969) de Graciliano Ramos, pela música, como “*A Triste Partida*”, de Patativa do Assaré e Luiz Gonzaga (1964), pelo

¹ No dicionário Aurélio, açude é definido como a construção feita num curso de água, destinada a deter ou desviar água para abastecimento, irrigação, produção de energia, etc. Já o conceito de açude, para a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESPA), é “a estrutura hidráulica composta da barragem de um curso de água e o lago por ele formado” (Decreto N° 19.258, de 31 de outubro de 1997 – Controles Técnico de Obras e Serviços de Oferta Hídrica, art. 2°, I).

cinema, com o filme “*Vidas Secas*” (1963), baseado na obra literária homônima.

Filgueira (2000), em “*Meu Pai Maciel: memória rediviva*” retrata como o Nordeste era imaginado no final do século XIX para o início do século XX:

A Região Nordeste, identificada como região agrária, semi-feudal, escravocrata, monocultora, da caatinga, do semi-árido, das secas, da miséria, da fome, do latifúndio, das injustiças de toda sorte sobretudo, por parte do poderio das oligarquias (FILGUEIRA, 2000, p. 23).

Haviam tumultos nas regiões atingidas pela baixa quantidade de chuvas. Pessoas desesperadas partiam para as cidades dando início a ondas de saques, assim como a migração deixava as cidades repletas de mendigos, atingindo o comércio. A socióloga e pesquisadora Marília Fontana (1984, p. 1) descreve o seguinte:

A seca veio e ficou. E, na hora em que a ocorrência de alguns saques mais violentos mostrou a possibilidade próxima de uma convulsão social de maiores proporções, mais uma vez criaram-se às pressas frentes de trabalho e alguns políticos discursaram prometendo grandes e definitivas obras.

Foi criada no governo do presidente Nilo Peçanha, através do decreto 7.619 de 21/10/1909, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), com a finalidade de construir grandes barragens públicas, popularizadas no Nordeste como açudes. O discurso construído era colocar em prática aquilo que se constituía a solução de praticamente todos os problemas vividos e martirizados pela população sertaneja.

Portanto, as barragens que estavam para ser construídas seriam utilizadas para diversas finalidades, como irrigação, matar a sede dos rebanhos e reforçar a manutenção da pecuária, água para o consumo humano e aumento da agricultura para atender a demanda do comércio local. O interessante é que, no decorrer dos anos, foi se instituindo e se oficializando a ideia de que se a problemática vivida na região nordestina era por falta de água, a grande solução para essa questão seria o armazenamento de água em grandes proporções. Logo, colocou-se em prática a construção de grandes reservatórios nestas regiões que sofriam com a escassez de recursos hídricos.

A fim de entender melhor a ideia do processo de açudagem como solução para a problemática da falta de água, vamos buscar de onde vieram os primeiros

represamentos. “Açude” é derivado da palavra árabe *as-sadd*, que significa barragem. Há registros da construção de grandes barragens de terra em regiões mesopotâmicas, e em países como Egito, Índia, China. Mas a engenharia da construção de barragens mais avançadas só veio no século XX com a utilização de materiais mais resistentes como pedra e alvenaria.

Segundo Molle (1994, p. 14), as técnicas usadas nas construções das barragens no Nordeste foram trazidas pelos portugueses, que provavelmente aprenderem com os mouros. No início do século XIX, o Pe. Francisco de Brito Guerra (1777-1845), primeiro senador do império pelo Rio Grande do Norte, achava que “o problema das secas estaria resolvido no dia em que as águas caídas das chuvas não chegassem ao mar”. Começa a emergir o discurso da necessidade de construção de paredes de barro que impedissem as águas de passar, providenciando que as mesmas ficassem represadas em lugares apropriados. Essa ideia começou a se legitimar à proporção que as secas foram se tornando cada vez mais destruidoras, matando milhares de pessoas e dizimando rebanhos de gado. A ideia de construção de açudes passou de mero interessante para obrigação e necessidade. Foi neste sentido que alguns governos de províncias abriram linhas de incentivos para proprietários de terras começarem a construir seus açudes, como narra François Molle (1994, p. 19):

Em 1832, ou 1833, o conselho da província [do Ceará] propôs uma resolução que pelo poder legislativo foi convertida em lei, a qual concedia gratificação a quem fabricasse um açude de certas dimensões. Abusou-se muito da benéfica disposição dessa lei, porque muitas gratificações indevidas concederam-se. Mas, enfim muitos açudes construíram-se no espaço de alguns anos. A verdade é que, desde 1845, com o escarmento da seca desse ano, o número de açudes cresceu, embora a lei de gratificações tivesse sido revogada por causa do abuso dela e nosso estado climatológico melhorou, de sorte que o Ceará gozou de seguintes anos de boas chuvas.

Para o governo central, os açudes a serem construídos ajudariam a povoar e melhorar a economia na região nordestina, ajudando nas condições básicas de subsistência, como a exploração de culturas adaptadas ao clima local, a criação de peixes para reforçar o comércio ou para a alimentação da população ribeirinha. Com essa perspectiva, o governo resolveu colocar em prática a construção do primeiro açude em território nordestino, como descreve Luiz Márcio Assunção e Ian Livingstone

(1993), citando que a construção de açudes públicos começou em 1890 com a obra do açude do Cedro, no município de Quixadá, no estado do Ceará, e tem continuado a partir de então praticamente sem interrupções.

Os primeiros incentivos financeiros dados para a construção de açudes em áreas com maior carência hídrica, e os “resultados positivos” considerados pelo discurso governamental, passaram a impulsionar a construção de outros mananciais, dando início à popularização dos açudes no sertão, bem como em todo o Nordeste. Com esse sucesso, foi constatado um avanço no processo de açudagem e povoamento das regiões do semiárido nordestino. Aglomerações populacionais foram se formando, mais tarde considerados distritos e, conseqüentemente, cidades. Com o surgimento de vilas e povoados, seria prioritariamente necessária a reserva de água para o abastecimento dessas localidades.

No estado da Paraíba, um dos primeiros açudes que se tem registro para abastecer um número maior de pessoas foi idealizado na cidade de Campina Grande. Em 1828, o Governo Provincial da Paraíba construiu um açude na Vila Nova da Rainha, pois na região existiam apenas riachos. Junior e Guedes (2013, p. 19) descrevem que:

O Açude Velho foi o primeiro reservatório a atender o referido município, construído onde antes havia o “Riacho das Piabas”, no atual centro da cidade. Sua inauguração ocorreu em 1830, mas só veio a ser concluído em 1844, tornando-se naquele momento o maior reservatório público do Planalto da Borborema. Sua construção foi motivada pela necessidade de atender à demanda de água a partir do crescimento demográfico e pelas estiagens prolongadas, que a região Nordeste enfrentou, principalmente a que ocorreu entre 1824 a 1828.

Os açudes construídos no século XIX foram importantíssimos para servir como modelo para futuras obras, fazendo com que se tivesse uma popularização da açudagem como forma eficaz de combater a seca. No início do século XX, essa prática se institucionalizou com a oficialização de um órgão criado exclusivamente para tratar da política de obras de combate às secas. A constituição da IOCS, em 1909, é destacada pelo agrônomo e escritor Paulo Guerra (1981, p. 44) ao ressaltar que essa instituição “deveria centralizar e unificar a direção dos serviços em toda a zona assolada pelas secas, e executaria um plano, bastante amplo, de combate aos efeitos das irregularidades climáticas”.

Durante os primeiros anos de atuação, a IOCS trabalhou com quase nenhum recurso devido, principalmente, às dificuldades financeiras. Porém, realizou um trabalho produtivo executando estudos topográficos da região, perfurando poços, trazendo melhorias para certas localidades atingidas. Além disso, devido à construção de estradas de rodagem, foi melhorada a acessibilidade entre povoados. Ao longo do tempo, a Inspetoria sofreu alterações, como afirma Guerra (1981, p. 46):

A IOCS adquiriu caráter permanente como repartição, graças ao decreto 9.256, de 28 de dezembro de 1911. Desde cedo, passou a sofrer alterações através dos decretos no. 11.474, de 03 de fevereiro de 1915, no 12.330, de 27 de dezembro de 1916 e no. 13.687, de 09 de julho de 1919, que ampliou o nome para Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS.

A Inspetoria de Obras Contra as Secas foi o primeiro órgão federal criado com o objetivo de sistematizar o combate às secas periódicas que prejudicavam tanto a sobrevivência da população nordestina. A IOCS nasceu graças a uma articulação política que contou com a participação de vários representantes políticos e intelectuais de todos os estados do Nordeste do país. Segundo Guerra (1981), o novo órgão direcionou suas ações iniciais para o reconhecimento científico do espaço sertanejo. Na época, o ministro da aviação, o cearense Francisco Sá, escolheu para ser o primeiro inspetor-chefe do órgão o engenheiro Miguel Arrojado.

A partir deste levantamento topográfico da região e com um moderno aparato de aparelhos, estudos foram sendo realizados para que as medidas tomadas tivessem um efeito mais positivo diante dos problemas da região. É a partir da IOCS que começa a ser pensada a construção de um açude para represar as águas do Rio Piranhas, no sertão da Paraíba.

1.1 OS SERTANEJOS QUE RESISTEM À ESTIAGEM PROLONGADA NA REGIÃO DO RIO PIRANHAS

O processo de ocupação e colonização da região onde está situado o Açude Engenheiro Ávidos, um dos principais mananciais da Paraíba, foi incentivado pelas cristalinas águas do Rio Piranhas, que nasce na Serra do Bongá, no município de Bonito

de Santa Fé-PB, descendo e cruzando o estado do Rio Grande do Norte, onde encontra o mar. Cajazeiras e mais algumas cidades atualmente são abastecidas pela reserva hídrica do Açude Engenheiro Ávidos, também conhecido como Boqueirão de Piranhas.

Para um melhor entendimento da sua construção, vamos falar dos sertanejos que sempre habitaram a Região de Piranhas, sobretudo, a área que hoje se conhece como o município de São José de Piranhas.

A formação histórica de São José de Piranhas se assemelha ao povoamento dos demais municípios da região, por apresentar uma estrutura geográfica favorável à criação de gado e ao comércio de produtos como o algodão. As terras onde hoje é o município de São José de Piranhas eram administradas pela Casa da Torre² da família d'Ávila, até o momento em que o sesmeiro Francisco Xavier de Miranda, no ano de 1761, se interessando pelas referidas terras, resolveu arrendá-las. Com o tempo, os direitos de posse foram anulados, ocorrendo uma divisão das terras. Os sesmeiros resolveram enviar requerimentos ao Governador da Província da Paraíba com o objetivo de obter a regularização, como descreve Lima (2010), ao escrever sobre o arrendamento das terras da Ribeira de Piranhas:

[...] o primeiro retalhamento feito naquela época [Ribeira das Piranhas], que pertencia aos herdeiros da Casa da Torre, fundada por Garcia D'Ávila [...] incluía uma vasta região, abrangendo norte da Bahia, sul do Piauí, sul do Ceará, oeste de Pernambuco, oeste da Paraíba e alto oeste Potiguar, e como esse direito de arrendamento, doação, posse ou venda foi anulado em 1753 [...] os sesmeiros procuraram se regularizar [...] (LIMA, 2010, p. 9).

Com a demonstração, por parte dos sesmeiros, de interesse nas terras e, depois, obtendo a regularização das mesmas, o próximo procedimento realizado foi povoar, como narra Leitão (1985):

Essas terras, indiscutivelmente, começaram a ser povoadas na primeira metade do século XVIII. É o que se conclui da informação contida no requerimento subscrito pelo capitão Francisco Xavier de

² Localizado no município de Mata de São João, em Praia do Forte, distante 80 km ao norte de Salvador, e 55 km do Aeroporto Deputado Luís Eduardo Magalhães, [...] as imponentes Ruínas do Castelo da Torre de Garcia d'Ávila, principal sede do Morgado da Torre, também conhecido como Castelo Garcia d'Ávila, Torre de Garcia d'Ávila, Solar da Torre, ou Torre de Tatuapara ou ainda chamado de Casa da Torre. Disponível em: <<http://www.casadatorre.org.br/historia.htm##4>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

Miranda, em 1761, quando declarou que “arrematou, em praça pública, uma fazenda de gado no sítio São José, ribeira das Piranhas, e como o dito sítio é dominado pelo senhorio da casa da Torre, ou seus herdeiros, que o possuem sem título e somente pela posse immemorial e não há notícias dos seus primeiros cultivadores que faleceram desde muito”, as requeria por data de sesmaria (LEITÃO, 1985, p. 11-12).

O espaço onde hoje está situada a cidade de São José de Piranhas é cercado por serras. Para Cunha (1999), “a colonização de São José de Piranhas foi muito bem delineada e estudada [...]”. Para ele, a pequena vila foi erguida aos poucos pelos agricultores, fazendeiros e criadores de gado que vinham do Piancó, através do Rio Piranhas e, até mesmo, de estados circunvizinhos e se arranchavam na região, no início do século XVIII.

Aos poucos, forasteiros viam-se interessados por essas terras próximas a serras e ao rio, optando em fixar suas moradias nesta localidade, dedicando-se à agricultura nas terras propícias para o plantio de produtos de subsistência e à criação de animais mais resistentes ao clima e às condições oferecidas pelo espaço geográfico. Em relação aos criadores de gado, eles reforçaram o povoamento na região do Alto Piranhas. Com as condições econômicas favoráveis a agricultores e pecuaristas, foram sendo construídas casas de barro e madeira (taipa), que se multiplicavam à medida que iam crescendo as famílias. Leitão (1985, p. 18) narra o seguinte:

Irineu Joffily, em seu livro “notas sobre a Paraíba”, publicado em 1892, à página 226, fornece uma informação diferente, “esta povoação data de uns trinta anos e progrediu bastante com o ativo trabalho agrícola do seu distrito, até a seca de 1877”. O fundamento de Joffily é mais ou menos coincidente com a observação do historiador cearense Renato Braga que, em notas aditivas ao seu livro “História da comissão científica de exploração”, página 397, afirma o seguinte – “São José fica à margem direita do Piranhas e data de 1850, tendo sido seu fundador o capitão José Raimundo Vieira, a quem se deve a construção das primeiras casas, capela e cemitério”.

O quadro descrito por Leitão dimensiona as condições mínimas do surgimento do povoamento, através da construção de uma capela e de um cemitério. Porém, muitos problemas intervinham na ligação da comunidade com outras áreas, dificultando o contato comercial com as comunidades de Sousa, de Cajazeiras, de Pombal, no início do século XIX. Os habitantes dedicam-se à criação de gado e à cultura do algodão que

ajudaram no desenvolvimento do lugar, como relata Leitão (1985).

As primeiras manifestações do seu progresso resultaram da proveitosa atividade agrícola exercida pelos seus habitantes e das numerosas fazendas de criação que se formaram nas terras que constituíram o seu município. Essas terras, banhadas pelos numerosos riachos, primeiros tributários do Rio Piranhas, ofereciam excelentes condições para o desenvolvimento dessas atividades agropastoris. Ensaiaava-se uma agricultura promissora com o cultivo do algodão, milho, arroz e feijão, fortalecida pela cultura da mandioca em suas terras mais altas e pelos velhos e rotineiros engenhos de rapadura que se instalaram em terras mais ferazes, em baixo e à jusante de pequenos açudes, que favoreciam o plantio da cana. Esse suporte econômico proporcionou à vila o desenvolvimento do seu comércio que, em meados do século passado, já repontava como centro de abastecimento para toda a região do Alto Piranhas, inclusive a florescente povoação de Cajazeiras (LEITÃO, 1985).

O sustentáculo da convivência na região estava entrelaçado com uma produtiva atividade agrícola. Terras que ofereciam condições para o cultivo de algumas culturas pela grande quantidade de riachos. O Rio Piranhas, descendo a serra, cortava grande parte das terras do povoado. A pecuária também foi propícia para os proprietários de terras. O cultivo do algodão alavancou a economia local, assegurando trabalho para quem procurava e movimentando dinheiro com o cultivo, mão de obra e transporte.

Com o sucesso do algodão, a procura por extensão de terras cada vez maiores foi aumentando, fazendo com que as pessoas mais letradas tivessem um domínio de compra e venda do produto, enquanto as pessoas que não tinham condições financeiras para investir vendiam sua força de trabalho; alguns sabendo da procura do algodão, preparavam suas pequenas roças para que pudessem plantar e depois vender aos compradores. Ribeiro (1995, p. 345) descreve o valor e a importância do algodão naquele período:

Depois, todo o Nordeste pastoral começou a dedicar-se a atividades ancilares. A mais importante delas foi o cultivo de um algodão arbóreo, nativo na região, o mocó, cujo caráter xerófilo lhe permitia sobreviver e produzir, mesmo nas áreas mais secas do sertão, um casulo de fibras longas com ampla aceitação no mercado mundial. Esse cultivo associou-se bem com o pastoreiro pelo provimento ao gado de torta de sementes, que constitui uma ração ideal, bem como valor alimentício da palha dos roçados de subsistência dos lavradores,

nos quais o fazendeiro solta o gado depois da colheita.

O incremento da produção de algodão favoreceu o surgimento de outras atividades, como o transporte do produto para as regiões consumidoras, levando ao surgimento dos tropeiros, que, com suas tropas de burros, deslocavam o algodão para a região de Campina Grande e do Rio Grande do Norte.

Os depoimentos de familiares que narram esse período registram que os donos de casas de vendas, as famosas bodegas, exploravam os iletrados, roubando-os na balança, pessoas que não sabiam ler nem fazer cálculos, chegando a enganar em até algumas arrobas. Muitos que vendiam suas cargas de algodão não chegavam nem a quitar suas dívidas com os donos das bodegas.

Em síntese, a região do Alto Piranhas foi habitada bem antes da construção do Açude Piranhas. Cada um com seu meio de sobrevivência e com suas atividades agrícolas. Alguns comerciantes vendiam produtos simples e procurados na época. Os fazendeiros pagando trabalhadores para desmatar a vegetação rasteira para que a prática da pecuária fosse estendida a áreas cada vez maiores. O trabalhador que usava a sua força de trabalho para somar o ganho ao que era gerado pela realização de culturas de subsistência. Cada um com a sua função social, todos habitantes com a responsabilidade de sustentar a sua família e sobreviver às intempéries do meio físico.

CAPÍTULO II

BARRAGEM ENGENHEIRO ÁVIDOS: CONSTRUÇÃO E SUAS HISTÓRIAS

A barragem de Engenheiro Ávidos, popularmente conhecida como Boqueirão de Piranhas, recebe e represa as águas do Rio Piranhas que nasce no município de Bonito de Santa Fé. Grande parte do espaço geográfico ocupado pelas águas faz parte do município de São José de Piranhas, localizado na mesorregião do Sertão Paraibano, precisamente na microrregião de Cajazeiras.

Durante muitos anos, a população do Baixo Piranhas, localizada no Alto Sertão da Paraíba, sofreu com as consequências provocadas pelas demoradas estiagens e com ela a diminuição dos produtos alimentícios produzidos como meio de subsistência para o consumo individual do agricultor. Considerando que quase todas as atividades econômicas eram dependentes da regularidade das chuvas, um ano com um baixo índice pluviométrico era suficiente para desestabilizar o modo de vida de muitos sertanejos. Mediante a necessidade de encontrar melhorias para esta realidade, o governo federal resolveu colocar em prática a ideia de construir grandes açudes que garantissem água para a população durante todo o ano. Portanto, foi estabelecido um diálogo e, posteriormente, um contrato com empresas e profissionais da engenharia para que fosse viabilizado, o mais rápido possível, o andamento das obras. Como afirma Leitão (1985, p. 85),

A construção do Açude de Boqueirão de Piranhas era uma idéia antiga, sempre presente aos relatórios e estudos de engenheiros que visitavam a Paraíba em fins do século passado. Esses estudos foram intensificados a partir de 1909, com a criação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas.

Após a realização das conversações que se remetiam à necessidade da construção da barragem, o segundo passo foi a escolha do local certo para a obra, à época por muitos considerada “faraônica”. A execução da obra atraiu para a região muitos forasteiros, a exemplo de engenheiros que, pela primeira vez, eram vistos em grande quantidade em terras interioranas. A defesa da construção do açude aglutinou

também pessoas influentes, como políticos e grandes proprietários de terras. Após a finalização dos estudos técnicos, a viabilidade da obra foi oficializada com a divulgação do local determinado, a baixada da Vila de São José de Piranhas.

Após a oficialização da decisão da construção e a definição do lugar que abrigaria o açude, uma mistura de empolgação e preocupação atingiu praticamente toda a população da região. Um contraste entre a alegria de saber que a falta d'água não seria mais o fator de tanta miséria e a preocupação, sobretudo, dos que residiam na Vila de São José de Piranhas e de povoados circunvizinhos. Uma preocupação que ganhou dimensão e concretude com a certeza de que as águas inundariam a história de todo aquele povo. Uma nostálgica preocupação entrelaçada com certa alegria em saber que dias melhores poderiam estar próximos de tonarem-se realidade e a angústia de ter que pagar por uma promessa incerta, sobretudo, quanto ao patrimônio material construído e que seria tragado pelas águas.

A construção do açude tragaria toda a vila e povoados adjacentes. As melhores terras agricultáveis estariam condenadas a ficar submersas. Apesar dos prejuízos, o povo piranhense acompanhava com expectativa todas as notícias relacionadas à obra. Os prejuízos da seca de 1915 faziam crescer o interesse pela construção do açude. Muitos flagelados esperavam por socorro. O prefeito do município de São José de Piranhas, Sabino de Nogueira de Vasconcelos, solicitou agilidade ao presidente de estado na adoção de medidas para o socorro aos flagelados, como escreve Leitão (1985). Na citação abaixo podemos perceber, nas palavras do gestor, a preocupação com a situação. Em mensagem ao Conselho Municipal ele diz:

Senhores membros do conselho municipal, julgo muito azado o momento, diante da seca calamitosa que ameaça devorarnos com seus horrores, apelamos para o Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado, de cujo patriotismo e fecundíssima ação administrativa muito temos que esperar, pedindo-lhe para que interceda perante os poderes competentes, afim de que seja, com urgência, mandando iniciar os trabalhos do Açude de Boqueirão de São José de Piranhas o qual já foi explorado e estudado por profissionais, evitando-se assim, a desolação e a miséria completa de famílias sertaneja (*Arquivo da Câmara Municipal de São José de Piranhas*. In: LEITÃO, 1985, p. 87-88).

Apesar dos horrores provocados pela seca de 1915, somente em 1919 o Presidente da República, Epitácio Pessoa, anunciou o seu plano de ajuda ao Nordeste,

determinando à Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) que tomasse as providências necessárias para agilizar a execução dos trabalhos de construção dos grandes açudes, entre eles o de Boqueirão de Piranhas. Após um intervalo de dois anos, os trabalhos foram iniciados no dia 01 de julho de 1921 pela firma americana Dwight P. Robinson & Co.

Os primeiros meses de trabalho das obras do açude foram marcados por grandes dificuldades, sobretudo com o transporte de material e equipamentos, por ser uma área de difícil acesso, estando próxima a uma grande serra. No entanto, o andamento dos trabalhos foi ganhando impulso com a instalação da usina de força elétrica, perfuratrizes, betoneiras e os distribuidores de concreto. As duas torres de cabo aéreo com seus guindastes foram montadas a uma altura de 35 e 20 metros, respectivamente. Também foi construída uma represa com tanques e filtros para o abastecimento d'água.

Almeida (1980) descreve a grandiosidade dos esforços, dizendo ver pessoalmente a atuação de mais de mil homens disponibilizando a sua força de trabalho. Também cita a construção de 30 residências, destacando a potencialidade de crescimento daquele lugar, relatando o sucesso do comércio próximo a obra. Ao visitá-la, assim ele descreve:

Nunca haverei de esquecer esse esforço fecundo que inovava, como por encanto, a terra malsiada. Em Piranhas, mais de mil homens formigavam azafamados, num recanto, onde um ano antes, não se encontrava viva alma. Florescia o povoado nascente em condições que já rivalizavam com algumas das antigas vilas sertanejas. Além de trinta casas construídas para o pessoal superior e operário, incrementava-se dia a dia, a edificação particular. O comércio medrava aos surtos, funcionava uma escola e abriam-se casas de diversão, por iniciativa privada (ALMEIDA, 1980, p. 393).

Porém, mesmo com o andamento da obra a todo vapor e com a fase inicial realizada dentro do prazo, o presidente Arthur Bernardes, no ano de 1925, mandou paralisar os trabalhos que vinham sendo realizados no Nordeste por recomendação do seu antecessor. No canteiro de obras da construção do Açude de Boqueirão de Piranhas todo o material e instalações mecânicas foram abandonados e relegados pela incúria do governo federal, deixando decepcionado Almeida (1985, p. 91), que declarou assim: “Se, amanhã, reopontar outra seca, que com a desorganização que não puder ser inteiramente remediada, pelas obras incompletas, será tremenda a responsabilidade de

quem, por bem pouco, se despercebeu desse desastre”.

Os trabalhos somente foram reiniciados no dia 20 de junho de 1932 graças ao engajamento de José Américo de Almeida, então Ministro da Aviação e Obras Públicas, no governo do presidente Getúlio Vargas. Agora não mais sob o comando dos americanos, mas sob a administração da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IFOCS).

A direção da obra estava sob o comando do Engenheiro Lauro de Mello Andrade, que enfrentou sérios problemas relacionados à seca. O principal deles era a péssima qualidade da alimentação e a desidratação que afetava diretamente a saúde dos trabalhadores, em face das aglomerações de flagelados e da escassez de água em condições necessárias para o consumo humano. Inclusive, a população aumentava desordenadamente com pessoas de outras áreas que chegavam à procura de trabalho, somando-se aos parentes daqueles que já estavam selecionados. Em pouco tempo, o engenheiro responsável pela execução dos trabalhos conseguiu recuperar os equipamentos mecânicos abandonados por mais de 10 anos, em um espaço próximo a vila de Boqueirão de Piranhas.

A permanência de vários engenheiros e demais funcionários da IFOCS³ na região onde estava sendo construído o açude exigiu a instalação de toda uma infraestrutura necessária para abrigar o contingente de trabalhadores especializados, com a construção de várias casas, que permanecem até os dias atuais, sendo algumas alugadas a moradores do Distrito e outras de uso exclusivo para funcionários do órgão. São moradias com uma arquitetura inovadora para a época e região, bem projetadas e executadas, que serviam como residência e como espaço de trabalho para a realização de planejamento dos trabalhos técnicos, guarda de documentos e, até mesmo, dinheiro para o pagamento dos funcionários.

A figura a seguir permite observar como essas casas resistiram ao tempo:

³ A Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) existe até 1945 quando passa a chamar-se DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas).

FIGURA 1: casarões que abrigavam os engenheiros da construção do Açude Piranhas



FONTE: Acervo pessoal, fevereiro de 2017.

A imagem permite observar como as construções erguidas em um espaço em que ficou conhecido por Vila eram todas cercadas por espaçosos alpendres e reforçadas calçadas. Após a inauguração da obra, estas construções passaram a ser utilizadas por funcionários da IFOCS, mais tarde Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Esses funcionários eram responsáveis pelo monitoramento do volume de água do manancial e por receber o dinheiro dos arrendatários que residem em terras do governo. Atualmente, essas casas são alugadas a pessoas da própria comunidade.

Também foi construído um enorme galpão para servir de depósito ao maquinário que era utilizado na construção, protegendo-o dos efeitos corrosivos da chuva e do sol, considerando que a proporção gigantesca da obra utilizava materiais como ferro e zinco. Também era utilizado como almoxarifado para a guarda de material. Os que transitavam pela obra ficavam extasiados com a grandeza do galpão que, mesmo após décadas e sem qualquer manutenção, ainda se encontra em pé, como a testemunhar o tempo de “progresso” que chegava ao Distrito de Boqueirão. A solidez da arquitetura o fez resistir à força dos anos, desafiando a força contrária do tempo, como mostra a figura abaixo:

FIGURA 2: galpão para guarda do maquinário usado na construção do açude.



FONTE: Acervo pessoal, fevereiro de 2017.

Em virtude da distância entre a obra e a pedreira de onde era extraída grande parte da matéria prima usada na construção do açude, foi construída uma linha de ferro que interligava os dois pontos. Também foi construída uma pequena barragem, logo acima do local onde seria construída a parede, com o objetivo de abastecer todos os funcionários e trabalhadores. Essa obra não correspondeu à demanda e o abastecimento foi suprido com a perfuração de um poço. As péssimas condições de moradia dos trabalhadores, a inexistência de instalações sanitárias, facilitando a contaminação da água que era consumida, e a falta de higiene estavam na raiz do surgimento de doenças perigosas como uma terrível febre, além de outras epidemias como sarampo, varíola e a tifo disentérica que provocaram a morte de centenas de pessoas, dizimando grande parte daquela improvisada população. Uma situação que era agravada pela má alimentação, o cansaço físico, a exposição ao sol por longas horas e falta de médicos.

Em outubro de 1932, problemas de saúde afastaram da chefia dos trabalhos o engenheiro Lauro de Mello Andrade, sendo substituído pelo engenheiro Moacyr Ávidos.

FIGURA 3: foto rara do engenheiro Moacyr Monteiro Ávidos, que deu nome ao distrito e ao açude.



FONTE: CBDB, Rio de Janeiro, 2011, p. 84.

Uma das primeiras tentativas para conter os surtos epidêmicos que acometiam os habitantes do canteiro de obras foi a construção de um muquiço⁴, ou abrigo para pessoas doentes, na propriedade de José Cartaxo, ficando a noroeste da obra, cerca de meio quilômetro de distância do acampamento e que tinha o objetivo de isolar e proteger as demais pessoas da transmissão da varíola. As vítimas da varíola eram sepultadas em um matagal próximo. Relatos de pessoas idosas que participaram dos anos finais da obra afirmam que as mortes eram diárias, pela fraqueza, chegando a ter de oito a nove óbitos por dia.

O engenheiro Moacyr Ávidos foi a mais famosa vítima da epidemia de tifo disentérica. Contaminado, ele foi transferido para Fortaleza, mas, não resistindo à gravidade da doença, faleceu no dia 15 de dezembro de 1932.

⁴ Geralmente empregada em pessoas de pouco cuidado com a higiene pessoal.

FIGURA 4: notícia do falecimento do engenheiro Moacir Ávidos em 1932

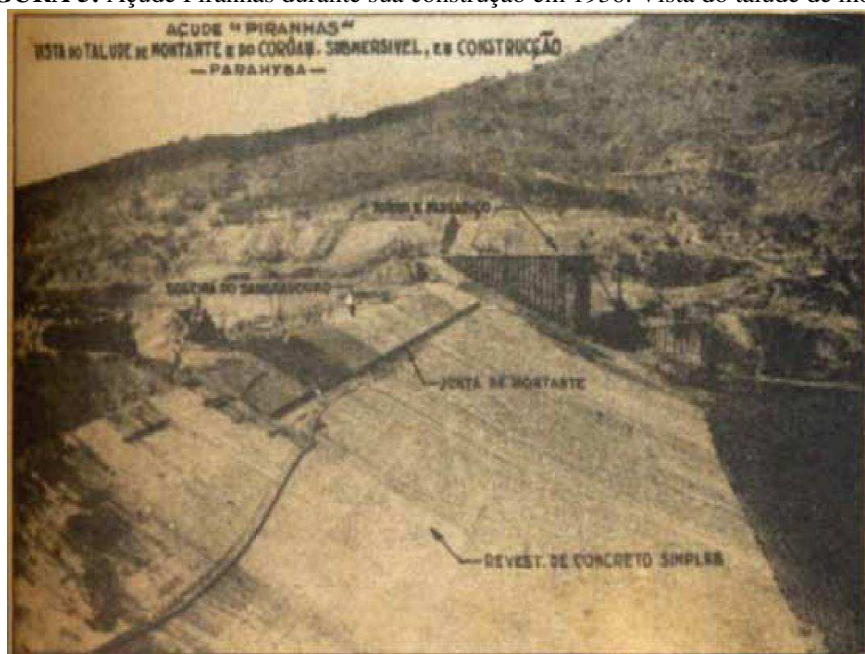


FONTE: Revista do Instituto do Ceará

O engenheiro Moacyr Ávidos foi homenageado depois pelos setores dirigentes da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas que escolheram o seu nome para designar o açude e o distrito onde este está localizado.

Vencidos os desafios, com o sacrifício de dezenas de vidas, o açude finalmente foi concluído, com fortes investimentos em cimento, concreto e operários que trabalhavam dia e noite. Algumas imagens registradas durante a construção da barragem⁵ trazem a dimensão da obra.

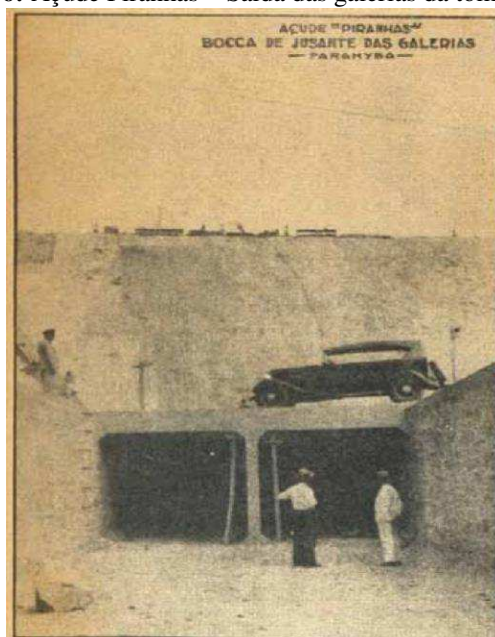
FIGURA 5: Açude Piranhas durante sua construção em 1936. Vista do talude de montante



FONTE: CBDB, Rio de Janeiro, 2011, p.84.

⁵ Foi designada de barragem por ter a sua sangria por cima da parede. Somente recebe a designação de açude após a construção do vertedouro.

FIGURA 6: Açude Piranhas – Saída das galerias da tomada de água



FONTE: CBDB, Rio de Janeiro, 2011, p.84.

FIGURA 7: Açude Piranhas durante sua construção em 1936. Vista do talude de jusante



FONTE: CBDB, Rio de Janeiro, 2011, p.84.

O engenheiro Sylvio Aderne assumiu a coordenação dos trabalhos de construção da barragem até a sua conclusão em 30 de setembro de 1936. A inauguração da barragem ocorreu em 19 de novembro daquele ano em solenidade que contou com a presença de autoridades do mundo político e de jornalistas. Entre as autoridades estava o governador da Paraíba, Argemiro de Figueiredo, o jornalista Assis Chateaubriand e uma comitiva de empresários paulistas.

Com a construção e a conseqüente inauguração, os moradores de Boqueirão foram beneficiados com algumas mudanças, como o melhoramento da estrada que ligava o Distrito à cidade de Cajazeiras, facilitando a circulação de mercadorias e de dinheiro através da venda de produtos para os engenheiros americanos e demais funcionários da obra. O sonho da luz elétrica se transformou em realidade, como observa Albuquerque (2015), que descreve a construção de caixas d'água no pé da serra, onde motores-bombas movidos à energia da casa de força puxavam água para as casas, ruas, chafarizes instalados nas ruas, para abastecer carros-pipa e para outras necessidades. Quanto à maravilha da energia elétrica, ele descreve:

Vale ressaltar que depois de concluída a obra, no pé da parede do açude foi instalada uma pequena turbina cuja força da água, vinda de um grande tubo de ferro, foi o responsável pelo fornecimento de energia, durante décadas, para a Vila de Boqueirão e que ainda hoje lá se encontram os restos dos equipamentos, corroídos pelo tempo e que poderia ser reativada, com turbinas mais potentes, e voltar a fornecer energia para um grande número de usuários. Ainda hoje é um ponto de referência do Distrito e é conhecida como “turbina” (ALBUQUERQUE, 2015, B2).

Com a realização da barragem, a comunidade do Distrito de Boqueirão teve um salto socioeconômico muito grande, recebendo visitas constantes de pessoas que se deslocavam por grandes distâncias sozinhos, com amigos, formando até caravanas para conhecerem o então inaugurado Açude Engenheiro Ávidos. Pessoas que faziam compras no comércio local, e somavam-se aos benefícios trazidos pela construção da barragem.

O açude teve a sua primeira sangria no ano de 1963. O momento era aguardado por milhares de pessoas que formavam caravanas para observar o evento. As primeiras águas começaram a escorrer por cima da parede pela manhã com um baixo volume; a partir daí, só aumentava a quantidade de visitantes de todo o estado da Paraíba. À tarde, por volta das 15 horas, já se registrava uma lâmina de quarenta e quatro centímetros e, com a forte correnteza, via-se descender muitos peixes, como o pirarucu.

A correnteza aumentava de forma constante. A sangria inclusive arrastou um cidadão chamado Miguel Ferreira, que foi contratado para fazer o transporte, na canoa, da feira do senhor Acácio Vital, que retornava da cidade. Ele se aproximou demais da

correnteza e acabou sendo puxado pela força da água. Desceu e quase se afogou, sobrevivendo ao acidente com alguns aranhões. Já sua canoa foi totalmente destruída.

Alguns anos depois da primeira sangria surgiu uma preocupação em relação à segurança da estrutura rochosa onde estava apoiada a parede da referida barragem. Segundo Mello (2011), a barragem havia sofrido recalques e os movimentos provocaram a abertura de juntas na laje do vertedouro. Esses deslocamentos se acentuaram após a passagem da cheia de 1963 que chegou, no seu pico, a uma sobrelevação de 0,30 m sobre a crista do vertedouro. Nesse ano, após a cheia, o engenheiro O. Rice, da *US Bureau of Reclamation*, em inspeção à barragem, recomendou que fosse construído um novo vertedouro na ombreira direita, como detalha o relatório a seguir:

Foi efetuado um novo estudo hidrológico para verificação da hidrógrafa de projeto, tendo sido definida uma hidrógrafa com pico de 1610 m³/s. como esta era, nos países ocidentais, uma das quatro barragens com vertedouro sobre o aterro e a única das quatro que sobreviveu durante quase 30 anos de uso, como as sondagens no aterro da barragem revelaram graus de compactação inadequados, como a descarga de projeto deveria ser o dobro da descarga. Original e como essa descarga de projeto era quase 30 vezes superior à descarga ocorrida em 1963, foi decidido que o vertedouro sobre a barragem seria substituído por um vertedouro lateral provido de duas comportas de segmento de 9 m x 10 m que descarregam as descargas vertidas em uma calha em concreto armado e dissipação em salto de esqui, o que correspondeu a uma escavação de 300.000 m³ e a um volume de concreto de 16.000 m³ (MELLO, 2011, p. 79).

Foi feita a modificação na estrutura superficial da parede, no período de 1975 a 21 de outubro de 1977 que resultou na retirada da sangria que era realizada por cima, cavando um vertedouro na lateral, utilizando para isso alta tecnologia à época. Uma modificação projetada por competentes especialistas na área da engenharia. A figura logo abaixo mostra a barragem quando ainda sangrava por cima da parede.

FIGURA 8: sangria por cima da parede da Barragem Engenheiro Ávidos.



FONTE: arquivo de José Antonio de Albuquerque, março 1963.

FIGURA 9: sangria através das comportas que substituíram a sangria por cima da parede.



FONTE: Moura, junho 2011.

Após a inauguração das duas novas comportas, determinou-se um nível a que as águas poderiam chegar. Ao ultrapassá-lo, a ordem da direção do DNOCS era para abrir as comportas. Foram instaladas modernas máquinas elétricas para o manuseio das comportas, além de um gerador para suprir a necessidade de fornecimento de energia em caso de pane da rede elétrica convencional. A partir da reforma, os ribeirinhos

passaram a ser prejudicados com as constantes aberturas das comportas que, invariavelmente, inundavam vazantes construídas no leito do rio, chegando, inclusive, a danificar motores-bombas usados na irrigação.

A partir da modificação, o Açude de São Gonçalo, que abastece a cidade de Sousa, passou a receber um reforço hídrico oriundo do Açude de Boqueirão de Piranhas. No ano de 2006, o açude chegou a atingir 220 milhões de metros cúbicos, mesmo diante de rumores de um buraco comprometendo a estrutura da parede. Entretanto, em dois anos seguidos, 2008 e 2009, o inverno superou as expectativas, sendo necessário, em alguns momentos, abrir as duas comportas em até três metros de altura, gerando grandes prejuízos materiais e financeiros aos ribeirinhos, que perderam motores que abasteciam suas casas e irrigavam suas vazantes. Em certa manhã deste período, a evasão foi tão intensa que canoas de pescadores ficaram em terra seca, sendo necessário algumas pessoas somarem forças para recolocarem-nas no açude.

Nos anos seguintes as estações chuvosas foram menos intensas, fazendo o volume de água do açude recuar a níveis preocupantes. Em 2017 atingiu apenas cinco milhões de metros cúbicos que, de acordo com a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA), é considerado volume morto. O Açude Engenheiro Ávidos se encontra na lista dos que receberão as águas do rio São Francisco.

2.1 VILA DE BOQUEIRÃO DE PIRANHAS, A NOVA SEDE DO DNOCS

A Vila de Boqueirão de Piranhas foi colonizada muitos anos antes da construção do açude de mesmo nome. O espaço geográfico apresenta uma planície na margem direita do Rio Piranhas e para o leste apresenta uma faixa de cinco quilômetros. Segundo Albuquerque (2015), a origem do Distrito data de meados do século XIX.

Em 1845, um senhor conhecido apenas Gregori, de Milagres, Ceará, vítima da grande seca deste ano, para salvar a sua criação, margeou o rio, abundante em poços, e resolveu trazer a família e o rebanho e se estabeleceu onde hoje temo nome de sítio Barreiros, e dois quilômetros ao leste, depois da rampa que tem o nome de ladeira do espigão, e construiu um cercado com cinco tarefas para rebanhar o

gado, cujo local ficou conhecido para sempre como Curral Velho (ALBUQUERQUE, 2015, B2).

As terras localizadas próximas à vila eram próprias para a pastagem do gado, favorecendo o incentivo para a prática da pecuária. Não muito distante fica a margem de um rio cercado por grandes árvores. Albuquerque (2015) acrescenta que o senhor Gregori adquiriu uma vasta extensão de terras no Sítio Barreiros, onde residia com a família, mantendo um comércio grosseiro que vendia fumo, cachaça e cereais. Depois, entre as décadas de 1870 e 1880, surgiram novos habitantes, dentre eles um senhor por nome José Couras, que comprou parte da terra de Gregori, após a viuvez deste e sua decisão de retornar para Milagres, no estado do Ceará. Posteriormente, José Couras, com a multiplicação de sua família através do casamento de todos os seus filhos, ampliou a comunidade com o apoio de outros forasteiros que lá se instalaram, como os senhores Afonso de Carvalho e Manuel Barbosa, e um cidadão lembrado apenas pelo sobrenome Dias. Eram donos de boa área de terras, mas não se tem notícias se na verdade foram compradas ou desbravadas pelos mesmos.

Até a construção do açude, a Vila de Boqueirão de Piranhas apresentava um aglomerado de pessoas que sobrevivia através da agricultura de subsistência, incipiente atividade comercial e outras atividades. Com as obras da barragem, foi se desenvolvendo uma estrutura urbana e as estradas receberam melhorias. Segundo Albuquerque (2015), uma importante providência no andamento das obras do Açude Piranhas foi a construção de uma rodagem ligando o Sítio Santo Antônio, atual BR-230, ao acampamento de Boqueirão para transporte de máquinas e material de construção. Neste conjunto de obras também foram construídas estreitas pontes de cimento armado que davam passagem de apenas um veículo, permanecendo iguais até os dias atuais. O objetivo de tais obras era evitar a interrupção do transporte de produtos usados na construção da parede durante o período invernos.

Durante o período da construção do açude, cresceu a demanda por outros serviços, como um cemitério, sobretudo ante o crescimento da população e do número de mortos, principalmente em momentos de epidemias; e considerando, também, que os mortos eram sepultados na Vila de São José ou na cidade de Cajazeiras. Diante da necessidade, o engenheiro Aderne, chefe do escritório do órgão público, determinou agilidade na construção de um cemitério bem como de um hospital. A construção deste

foi realizada com tamanha agilidade que tão logo foi a sua inauguração e o médico Francisco Carneiro foi contratado, sendo necessário construir uma casa próximo ao seu local de trabalho para abrigá-lo. Também foi contratado o enfermeiro Romeu Menandro Cruz. Foram construídas mais duas casas que atenderam aos funcionários do novo hospital e serviram de isolamento para os enfermos contagiosos.

O cemitério também foi construído em tempo hábil por ter pedreiros e serventes em excesso. Tão logo foi finalizado os coveiros já começaram a cavar os sepulcros. Para ajudar no transporte dos defuntos de suas respectivas residências ou do próprio hospital para o cemitério, foi adquirido um caixão funeral que ficou à disposição, principalmente, daquela casa de saúde. Além disso, a construção diária de novas moradias continuou tanto pela Inspetoria quanto por moradores que resolviam se fixar naquela localidade.

Albuquerque (2015) narra que o povoado crescia, sobretudo, em razão da notável quantidade de dinheiro que circulava no acampamento, atraindo um grande número de comerciantes de outras cidades que ali se estabeleceram. Em artigo publicado no jornal Gazeta do Alto Piranhas, ele acrescenta que durante a construção dos açudes de Piranhas, Pilões e São Gonçalo, havia uma movimentação muito grande em Cajazeiras, pois os americanos não tinham pena de gastar dinheiro com suas esposas. Dessa forma, os dólares eram trocados em Fortaleza (CE) por mil-réis e davam para tudo. Em relação a esse mesmo fato, a circulação de dinheiro entre os comerciantes e engenheiros contribuía grandiosamente para o crescimento demográfico do Distrito, que apresentava tempos de fartura comercial durante a realização da obra.

Após a construção do açude, o desenvolvimento do Distrito estagnou com a saída de muitas das pessoas que trabalhavam na obra. Quase todos, com exceção de alguns, voltaram para suas localidades. Neste período, a população diminuiu consideravelmente. Após alguns anos é que houve interesse em residir e trabalhar em Boqueirão de Piranhas. A maioria das casas pertence ao DNOCS e são alugadas até os dias atuais.

A atividade comercial do povoado que passou a ser Distrito é exclusivamente de pesca artesanal. Os pescadores são provenientes dos municípios de Cajazeiras e São José de Piranhas, e são representados pela Colônia de Pescadores Z16, entidade que representa e defende seus direitos, cobrando o seguro defeso em época da reprodução

dos peixes. A outra atividade comercial é a agricultura, onde os produtos colhidos são vendidos na cidade de Cajazeiras.

O Distrito de Engenheiro Ávidos já tentou se emancipar do município de Cajazeiras mas não conseguiu êxito, embora sempre mantenha representação política na Câmara de Vereadores de Cajazeiras. Atualmente, a estrada que liga o Sítio Santo Antônio ao Distrito não é pavimentada, dificultando o deslocamento dos moradores, inclusive, estudantes, em épocas de inverno. Em suma, o Distrito se modernizou, mas ainda conserva vestígios do passado, principalmente marcas que resistiram ao tempo e reacendem anualmente, seja através do inverno ou da seca. Como vemos, a história de Boqueirão de Piranhas sempre vai se confundir com a do Açude Engenheiro Ávidos.

CAPÍTULO III

AS VÍTIMAS DA SECA E DO PROGRESSO: ENTRE PERDAS E GANHOS - A QUEM O AÇUDE INUNDOU COM BENEFÍCIOS E OS SUBMERSOS DA CONSTRUÇÃO?

É importante destacar, portanto, que o final do século XIX e o início do século XX marcam as primeiras ações do governo federal através do planejamento e execução de obras hídricas estruturantes para a região Nordeste, considerando a gravidade da seca que, quando não matava, forçava o sertanejo a migrar para outras regiões do país. Nesta perspectiva, emerge com importância analisar os efeitos da seca e suas consequências na vida do sertanejo, tendo como referência não apenas os aspectos positivos que a política de açudagem desencadeou na região, mas, sobretudo, como ela afetou, de forma negativa, a vida de pessoas que tiveram sua história radicalmente alterada com a inundação das áreas pelas águas represadas em açudes e barragens, e que foram silenciadas em nome de um progresso que retirou a região da mendicância.

Neste sentido, escutar as histórias e dar voz e legitimidade às pessoas que foram afetadas tanto pela escassez provocada pela seca, como pelas medidas preventivas de “combate às secas” adotadas pelo governo federal se apresenta como interessante estratégia para abstrair os silêncios e alardear posições e histórias que ficaram submersas nas turvas águas que se espalharam por vales e várzeas, deslocando pessoas e vidas e redefinindo histórias e trajetórias. Tomando por base as falas dos moradores que “deveriam” ser beneficiados com as obras, um dos aspectos mais sensíveis observados são as contradições do conceito de progresso, que assume especificidade e elaboração distinta na visão dos que veem de fora e na daqueles que estiveram no lugar.

As mudanças provocadas pelas obras, como essas pessoas passaram a fazer parte de uma estrutura monopolizada por forças desenvolvimentistas, direitos usurpados, vozes silenciadas com a chegada do “progresso”, veredas por tantas vezes caminhadas e desviadas de suas tradicionais rotas.

O discurso do progresso que chegou com as águas represadas nas grandes barragens teve como principais porta-vozes os agentes que não viviam no lugar, ou seja,

“estrangeiros” tematizando questões, defendendo posições que, sustentadas pela força das palavras e pelo crivo da oficialidade e da governabilidade, ataçavam e alimentavam o imaginário popular. Um discurso que, quando esmiuçado, revela o verdadeiro estupro que promove na realidade de um povo que sofria com o descaso governamental e que não tinha voz para clamar por respeito a sua identidade. Sabe-se que a caneta nas mãos dos poderosos se torna uma constante chacina, documentada e aliada aos seus interesses políticos. O governo federal, através de um discurso de solidariedade direcionada a população sofrida do semiárido, sempre falou mais alto do que qualquer outra voz, gritando a solução como se não existissem outras vozes que desejassem falar.

Um discurso bem argumentado não permite a existência do contraditório. Opositores teriam que aprender a silenciar. A opressão também se camuflava em palavras de apoio aos flagelados. Por trás da formalidade das palavras sempre existia um jogo de interesses, como reforça Foucault (1996, p. 10), ao lembrar que “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”.

Portanto, é visível a exclusão das vítimas diretamente prejudicadas pelas grandes obras hídricas. Não havia necessidade de ouvi-los. Segundo Foucault (1996), em nossa sociedade o princípio de exclusão, separação ou rejeição, como a razão e a loucura, o discurso do louco é aquele que não poderá ser acreditado como os dos outros, dentro da sociedade racional se tornará nulo, sem nenhum efeito crítico, não tendo verdade nem importância. Quando compararmos as palavras do louco, que não é ouvido por ser suspeito de racionalidade, à palavra do pobre flagelado, a nulidade pode ter os mesmos efeitos, mesmo ambos tendo o mesmo desejo de serem ouvidos.

Entre Hesíodo e Platão uma certa divisão se estabeleceu, separando o discurso verdadeiro e o discurso falso; separação nova visto que, doravante, o discurso verdadeiro não é mais o discurso precioso e desejável, visto que não é mais o discurso ligado ao exercício do poder. O sofista é enxotado (FOUCAULT, 1996, p. 15).

Esse argumento reforça a compreensão de que, sendo verdade ou mentira, o discurso é relacionado a um jogo de interesses e de poderes econômicos, sociais, culturais. Os valores éticos são ofuscados quando o poder usurpa e se apropria da força das palavras em desfavor da grande parcela dos dominados, tornando-os dependentes

dos que possuem o poder. De acordo com o discurso proferido pelas autoridades, a construção da Barragem Piranhas não deveria ter opositoristas por se tratar de uma grande obra hídrica que ajudaria a maioria das pessoas. Neste argumento não cabia os que teriam suas terras, casas, animais, perdidos. Esses seres azarados por terem suas moradias no lugar errado não despertavam interesse no debate de suas preocupações. O desnível de forças entre aquele que se apropria do que particularmente lhe interessa, para não ouvir nem dialogar com o que ele diz ser inimigo do seu íntimo desejo, vai definindo a moldando dizeres e pensares considerando que,

[...] o valor do discurso depende da relação de forças que se estabelece concretamente entre as competências linguísticas dos locutores, entendidas ao mesmo tempo como capacidade de produção, de apropriação e apreciação ou, em outros termos, como capacidade de que dispõem os diferentes agentes envolvidos na troca para impor os critérios de apreciação mais favoráveis aos seus produtos (BOURDIEU, 1996, p. 54).

O que se apreende, assim, é que as obras que foram realizadas no Nordeste do país não foram debatidas com aqueles que seriam os principais afetados com a sua realização. Estes sequer foram indagados em relação às suas necessidades.

3.1 HISTÓRIAS SUBMERSAS

O lugar tem representação simbólica na vida das pessoas como uma pequena área localizada em determinado espaço geográfico que preenche de significados particulares as relações humanas. Portanto há laços que identificam e prendem as pessoas a certos lugares, a exemplo da antiguidade onde o sobrenome de reconhecimento era o lugar de nascença — como na Bíblia, quando cita Jesus e o relaciona a sua origem de nascimento, ou seja, Jesus de Nazaré. Neste caso, o lugar se torna uma identidade social.

Nesta perspectiva de apego a um espaço, a presença do forasteiro não tem tanta representatividade a não ser quando se trata de interesses econômicos. Mas para o morador é um símbolo de afetividade em que relaciona suas raízes genealógicas a um apego que supera qualquer outro interesse, indo além do material.

É neste sentido que a construção do Açude Piranhas, que teve suas obras iniciadas no ano de 1926 e finalizadas em 1936, apresenta um quadro de benefícios e prejuízos que afetou a vida de muitas pessoas, principalmente aquelas que residiam no território que ficou submerso ao chegar o volume máximo.

Nesta linha de pensamento, as falas das vítimas da seca e do progresso são resgatadas das profundezas do esquecimento historiográfico, não no sentido de amenizar os prejuízos socioeconômicos, mas de registrar suas vozes não ouvidas por aqueles que traziam a modernidade para o semiárido. Uma invasão brusca a cultura local. Um desaforo a tradição daqueles que sequer foram consultados. O estranho tão logo chegou já foi se autoproclamando o salvador dos oprimidos sem perceber que, naquele momento, ninguém estava precisando de salvação, mas de dignidade.

A construção da barragem desabrigou muita gente. É o que narra, em detalhes, o senhor Antônio Alves. Ele nasceu na área que foi inundada. Permaneceu por toda a infância na bacia do açude. Seu pai, senhor Inocêncio, nasceu, casou-se e constituiu sua família no Sítio Canto. Antônio se diz orgulhoso por sua família ser a raiz do lugar, considerando seus avôs os primeiros habitantes a povoar a região. Ele lembra com vivacidade os relatos do seu pai sobre a construção do açude. Relata como a construção do açude afetou a vida e a sociabilidade de quem morava na localidade, tomando como exemplo membros da sua própria família que foram obrigados a deixar tudo para trás, como fazendas de gado, um engenho de cana de açúcar que gerava serviço para a comunidade, um alambique de fazer cachaça, muitas casas de moradia. Ele narra que a sua família chegou em 1880 e foi construindo, com o passar dos anos, um patrimônio de décadas... que as águas desfizeram em questão de meses.

No ano de 1937 o açude foi enchendo e as águas chegando a lugares que as pessoas da comunidade jamais imaginariam, inundando tanto terras propícias para o plantio de culturas diversas bem como tabuleiros⁶ sem aproveitamento. Antônio lembra que toda a fazenda ficou submersa, até mesmo um grande açude construído com equipamentos simples, como coro de boi, picarete, feito a braços, ficou coberto pelas águas. Segundo ele, os parentes mais idosos tiveram que se deslocar para terras mais altas, enquanto outros, mais jovens e em maior quantidade, não optando em residir às margens do açude, se dispersam por terras longínquas em todo o país.

⁶ Faixa de terra sem arbustos e com algumas árvores.

Indagado como era o procedimento burocrático da desapropriação, seu Antônio diz que o ressarcimento do prejuízo era relativo. No caso da propriedade que dispusessem de benfeitorias teria uma indenização maior. Fazendeiros com residências maiores cercadas de currais e plantações seriam bem pagos. Os rancheiros ou posseiros que não tinham a titularidade da terra não recebiam nada. Ele cita o senhor conhecido por Corner [Cornélio] Marcelino, morador do Sítio Canto. Não dispoendo de nenhuma escritura da terra, não recebeu indenização.

Os levantamentos e apontamentos realizados revelam ainda que mesmo os que tinham documento da propriedade, mas não contando com muitas benfeitorias, a indenização era ínfima. Nesse quadro se incluem muitos que residiam em casas de taipa e que não receberam o mesmo tratamento dos mais abastados, pois eram pagos de acordo com as riquezas materiais observadas na propriedade. Quanto aos aspectos positivos da desapropriação, seu Antônio aponta que quem ganhou foram aquelas pessoas que aplicaram o dinheiro em outros negócios, como foi o caso de um senhor que comprou uma área mais extensa no vizinho estado do Ceará. Outro, chamado Vital Cipriano, dividiu as terras com a família às margens do açude.

Também foi registrado caso de pessoas que resistiram em deixar sua moradia ou que fizeram questão de permanecer em seus locais de origem até os derradeiros momentos. Documentário gravado no ano de 1993 pela família do senhor Antônio Alves, mostra que seu avô mesmo já tendo construído uma nova casa em local mais elevado, insistia em, à noite, após a refeição na casa de uma filha, retornar a sua antiga residência, já parcialmente inundada pelas águas. Ali ele se abrigava em um sótão localizado na parte mais alta da casa. Mesmo com a insistência da família, preocupada com o seu bem-estar e sua integridade, reiteradamente solicitando que ele não fosse para a antiga casa, ele respondia que só saía da mesma quando ela fosse engolida totalmente pela água.

Percebe-se, pois, que as consequências com a construção do açude foram danosas para os habitantes do lugar. A mudança afetou a todos. Com a chegada de muitas pessoas de outros lugares — a família Mendes e a dos Bentos são as mais lembradas por serem as primeiras a chegarem após a obra da barragem —, as terras às margens do manancial foram loteadas para os forasteiros. Os familiares do senhor Antônio que tinham melhores condições financeiras foram morar na recém deslocada

cidade de São José de Piranhas. Outros como Gabriel Vicente e Emanuel Vicente foram para o estado do Ceará. O restante resolveu permanecer na localidade, como foi o caso de seu pai, Sr. Inocêncio, e seu irmão e o Sr. Acácio, que era irmão da dona Joaquina, mãe de Antônio.

A instalação de um posto da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), depois Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) na comunidade de Boqueirão de Piranhas também afetou a vida dos antigos ribeirinhos que passaram à condição de rendeiros, com responsabilidades e compromissos. O órgão federal impôs regras visando o disciplinamento necessário à obediência das orientações administrativas. É que, após a inauguração do manancial, em 1937, os habitantes das margens do açude deveriam seguir normas de um contrato de arrendamento de terras, instituído entre o DNOCS e os rendeiros. Ficava estabelecido, por exemplo, um limite territorial de plantio. O agricultor teria o direito de explorar uma área de quinhentos metros das margens do açude para fora. Em caso de uma eventual emergência provocada pela seca, o rendeiro passaria a utilizar somente cem metros, pagando de taxas somente sobre essa área. Os quatrocentos metros restantes ele poderia utilizar desde que o órgão não reivindicasse para uma pessoa que estivesse com mais necessidade.

A partir deste momento tudo passou a ter regras. O que antes era livre para a tomada de decisões de seus particulares, agora seria uma questão de obedecer e prestar muita atenção ao que era permitido ou que era proibido. Entre o não permitido estava a derrubada de árvores típicas como juazeiro, oiticicas, entre outras. Se as regras fossem desobedecidas, o rendeiro era penalizado com uma multa ou seria desvinculado sem receber o direito da posse da terra.

Se o morador cometesse alguma irregularidade grave em terras do DNOCS ele perderia o direito sobre a terra. Podendo permanecer nas mesmas, mas se em um período de dois a três anos chegasse uma outra pessoa que demonstrasse interesse pela terra já poderia fechar o contrato com a Inspetoria e os moradores penalizados teriam que sair imediatamente. Caso não chegasse ninguém interessado na terra durante o período de dois a três anos os moradores penalizados poderiam restituir diante do órgão competente seus direitos (Entrevista com Antônio Alves, antigo morador da citada localidade e residente no Sítio Canto).

Em relação aos pescadores, estes pagavam uma taxa por mês. Os peixes tinham que passar por uma guarita e eram pesados e anotados para registrar quantos peixes cada pescador pegou durante o ano. As taxas referentes a material utilizado pelos pescadores, como anzol, linha, galão, tarrafa, deveriam ser pagas ao DNOCS.

As terras que margeavam o açude só eram liberadas para a plantação de vazantes⁷ numa extensão de duzentos metros, contados da marca em que estava o manancial. Passado esse limite já eram terras particulares que não pertenciam ao DNOCS. Antônio Alves fala com convicção que a represa foi construída unicamente para beneficiar o perímetro irrigado da cidade de Sousa, passando pelo Distrito de São Gonçalo, no mesmo município.

As narrativas do senhor Antônio permitem vislumbrar como os habitantes que residiam e trabalhavam às margens do reservatório foram pouco beneficiados. As maiores vantagens era para quem residia atrás da parede. Os moradores das margens da barragem, ao fazerem um plantio, com a abertura das comportas e o nível da água baixando, eram prejudicados, principalmente aqueles que possuíam vazantes, considerando que, naquela época, não havia motores-bombas para levar água até o plantio. A colheita secava. Os funcionários do órgão federal estavam interessados da parede para baixo. No inverno, com as chuvas, a água cobria a plantação, sem ninguém ter o direito de ressarcimento.

Os beneficiados eram migrantes, pessoas que não tinham nenhum pedaço de terra para trabalhar. Tão logo chegavam conseguiram uma área de chão para sustentar a família. Na opinião do senhor Antônio, os habitantes que já residiam não foram contemplados com esta obra.

O senhor Antônio de Inocência, como é mais conhecido pelos amigos mais próximos, termina a conversa relatando que o açude não foi a salvação do povo dos sítios Canto e Frade, ribeirinhos do Rio Piranhas. Na verdade, para ele, a obra ocasionou um deslocamento forçado de muitos, sendo que seus próprios parentes dispersaram para outras regiões do país. Além disso, havia na localidade açudes de médio porte que acumulavam água por quase todos os meses do ano. Quando estes secavam, os sertanejos cavavam cacimbas no leito do Rio Piranhas, garantindo a

⁷ Cultura feita à margem dos açudes ou no leito dos rios, quando estes voltam ao seu nível normal na época da estiagem.

sobrevivência de todos que ali residiam. Por isso as águas não derrubaram apenas casas. Elas destruíram a origem dos primeiros residentes do povoado, permanecendo os registros apenas na oralidade daqueles descendentes, que foram expulsos de suas casas em nome do progresso.

As lembranças das pessoas são muitas. Memórias narradas com uma impressionante quantidade de detalhes. Flagrantes da vida na terra onde hoje está o reservatório de Boqueirão de Piranhas. Detalhes apresentados pelo senhor Dietes Sobrinho, também conhecido pelo apelido de Tarso. Inicia nossa conversa contando um caso muito interessante vivenciado por pessoas da comunidade do Sítio Canto. Segundo ele, o fato remonta ao período antes da construção do açude. Na localidade denominada de Jenipapeiro havia um profundo poço que, por vários meses, garantia água para as pessoas da região. Muitas se deslocavam alguns quilômetros para chegar à fonte de água. O poço foi coberto pela represa e aterrado com folhas secas e lama. Na década de 1970, a seca fez o açude recuar, fazendo o poço voltar a ficar acessível. Só que se criou uma polêmica quanto à evaporação que saía do mesmo. Devido à quantidade de “basculho”, ou seja, matéria orgânica em decomposição, o poço exalava um forte suspiro. Segundo Seu Tarso, o fenômeno era visitado por pessoas de vários lugares e até de outras cidades, muitos suspeitando de que era minério, outros relatando da probabilidade de ser um vulcão, tornando-se conhecidos os motivos desta anormalidade tempo depois.

Indagado sobre os habitantes antes da construção, Seu Tarso diz que no sítio Frade havia apenas a sua família e a dos Marcelinos, dos Dias e dos Couras. Com a união matrimonial entre os indivíduos, foi registrado um crescimento entre pioneiros e recém-chegados. Ele informa a existência das casas de Manoel Vicente, Manoel Pedro, Mestre Vital, situadas em terrenos mais elevados, destacando o medo da força do inverno que tinha a maioria dos moradores.

Convêm destacar que o represamento de 255 milhões de metros cúbicos de água fazia parte de uma política de serviços hídricos do governo federal para a região Nordeste, apresentado como solução definitiva para os problemas da escassez. Uma política que não considerava, contudo, milhares de famílias desabrigadas de suas propriedades, modificando drasticamente sociabilidades, alterando a vida de gerações passadas e fixando nas memórias e nas histórias de vida impressões e subjetividades que

marcaram as vítimas tanto da seca como do progresso, que chegava com suas promessas contraditórias. A velocidade com que a modernidade se aproximava daqueles que ainda viviam no anonimato atropelava suas raízes, tradições, modos de sobrevivência. Portanto, apenas alguns possuíam burros ou outros meios para transportar seus poucos pertences antes da chegada das águas. Muitos deixaram quase tudo para trás.

Em relação a esse assunto, Seu Tarso, através de sua memória, resgata a história de sua tia Josina que, com a conclusão da parede, acreditava no retardo das águas. Porém o inverno superou a expectativa e ela e sua família tiveram que sair às presas, abandonando a casa com todos os pertences mais pesados. Anos depois, os efeitos de uma estiagem prolongada, na década de 1970, expõem um botijão de querosene e outros materiais que foram submersos na década de 1930 e que foram, quarenta anos depois, recolhidos pelos moradores.

A expulsão de seu lugar associada à falta de informação provocou um medo entre os moradores fazendo com que muitos construíssem suas novas moradias em locais de difícil acesso. Outros saíram da região em definitivo, como é o caso do Mestre Sabino, que recebe este título por sua exímia habilidade de pedreiro. Ele foi morar na cidade de São José de Piranhas.

O senhor Tarso reconhece, porém, que antes das obras da barragem a dificuldade de locomoção era grande. Segundo ele, no ano de 1924 foi registrado um forte inverno. Neste período faleceu uma pessoa em uma localidade antes do rio Piranhas. Os familiares aguardaram a correnteza diminuir. Como as águas não baixavam, em razão das fortes chuvas, eles construíram uma balsa com tronco de bananeiras para atravessar o rio e se deslocar até o cemitério de Piranhas Velha. O senhor Tarso narra ainda que a distância entre uma moradia e outra dificultava o contato com outros moradores, pois não havia transporte a não para quem tinha melhores condições financeiras, dispendo de montarias, como burros e cavalos, usadas no transporte humano e de cargas. Os demais andavam de vinte e cinco a trinta quilômetros para chegar até a cidade.

Seu Tarso adianta ainda que o pouco sustento conseguido era proveniente da cultura do algodão. Com a venda, o cidadão guardava o dinheiro em uma mala de madeira e a cada domingo retirava uma pequena quantia. Aquele valor teria que render toda a semana. Era rara a pessoa que comprava o açúcar em comércios. Muitos tinham muita cana-de-açúcar que era quebrada na boca de um pilão, torcida até fazer garapa e

ela se fazia o café.

Na debandada do povo, que já iniciava a mudança da antiga sede de Piranhas Velha para a nova cidade de Jatobá no ano de 1930, o Major Malaquias, prefeito na época, foi até o governador da Paraíba, José Américo de Almeida (1887-1980) para solicitar recurso para a construção de um pequeno reservatório para sustentar as poucas famílias, para que estas não se deslocassem para a nova cidade, tendo o seu pedido atendido. Esta obra também foi engolida pelas águas de Boqueirão. No cemitério da antiga cidade, uma catacumba ainda se encontra de pé, após vários anos com as águas cobrindo e descobrindo. Para alguns mais idosos, trata-se do túmulo onde está sepultada a esposa do Major Malaquias. Os tijolos com que eram construídas as sepulturas foram reaproveitados, principalmente durante a seca de 1993, na construção de novas moradias naquele mesmo Distrito.

As obras da construção da parede também deram serviço a muita gente que necessitava. É o caso do pai de dona Zulmira Barreto, o senhor Vitor Barreto que, ainda muito jovem, não suportando os maus tratos da madrasta no estado de Alagoas, e após ouvir informações da obra federal no sertão da Paraíba, resolveu chamar um amigo por nome de Agripino que logo aceitou o convite. Ambos arriscaram-se a trabalhar na obra. Após o término da construção, resolveram permanecer morando próximo a barragem. A mãe de dona Zulmira contava que havia muradas de terras muito altas e que, certa vez, um carro cheio de cassacos — como eram chamados os trabalhadores — acabou caindo, soterrando e, conseqüentemente, matando a todos. Infelizmente os acidentes eram constantes durante a realização da obra.

Dona Zulmira questiona a reforma da parede, realizada na década de 1980, quando retiraram a sangria por cima da barragem para a construção de duas grandes comportas. Ela diz que agora está mais perigoso do que quando sangrava por cima, acrescentando mais nomes de pessoas que foram expulsas de suas terras, como Manuel Vieira, Moises Vieira, Seu Braga, Julia Braga, toda a família Braga, Vicente Cassimiro. Lembra que saíram muitas pessoas que residiam próximo a sua casa. Cita a família Braz, que tinha sua casinha perto de um tronco alto de Juá, que durante a cheia os pescadores amarravam suas canoas para se protegerem do perigoso vento forte conhecido como Aracati.

Com relação ao direito de se plantar vazantes ela diz que cada proprietário só

tinha o direito de trabalhar em uma. Narra que o finado Manuel Vicente tinha uma grande quantidade de terras e que seu pai só tinha direito a um pedaço de vazante. A seguir, a fala de dona Zumira Barreto:

Meu pai, Vitor Barreto, gostaria de construir uma casa na localidade do Sítio Frade. Ele tinha adquirido o direito apenas a uma área próxima ao açude para plantar milho ou feijão, aí ele foi falar com o chefe Isaias Lima que se encontrava no escritório da Inspetoria na Vila de Boqueirão. Chegando lá pediu um espaço para construir uma casa e assim criar a sua família. O chefe atendeu a sua reivindicação e mandou os senhores João Prudêncio e Chico Barata ir fazer as medições necessárias e assim lhe dando o direito a terra (Entrevista com dona Zulmira Barreto).

Dona Zulmira lembra que seu pai, pouco tempo após a concessão do espaço, adoeceu e ficou debilitado, sem poder trabalhar. Ela e um irmão ficaram a cargo do sustento da família. Acrescenta que após a construção do açude teve início as disputas por terras agricultáveis às margens do manancial. Lembra-se de um bate-boca com o cidadão conhecido apenas por Neco que tentou usurpar alguns metros de sua vazante. Dona Zulmira percebeu a ação desonesta do vizinho, o repreendendo e fazendo o referido prometer não mais afastar as medições, o que era proibido pelas autoridades e constava nos contratos com os rendeiros.

Muitos moradores locais trabalharam nas obras da construção da parede, como conta o senhor Laurindo Prudêncio, que nasceu e se criou no Distrito de Boqueirão. Ele inicia sua narrativa dizendo que todos os seus irmãos fizeram parte da obra, com exceção do mesmo por ser o caçula. Acrescenta que, após a conclusão da barragem, esta passou alguns anos sem receber águas em quantidade suficiente para enchê-la. Quando chegou o ano de 1940 ela ainda se encontrava seca, mas com a força do inverno daquele ano ela quase sangrou, chegando a ficar bem próximo de jogar água por cima da parede, fato que não foi concretizado, mas devido à grande quantidade de entulho que foi transportado pela força dos rios, deixou uma marca branca que ficou conhecida por todos como “a marca de quarenta”. Só veio a sangrar pela primeira vez no ano de 1963.

Laurindo Prudêncio conta que nasceu em um pé de serra, na localidade conhecida como Brejo de Mariana, que ficou nas profundezas da represa, próximo a Boqueirão mas já no município de São José de Piranhas. Era onde sua família residia. Próximo à casa da sua família moravam Vicente Lins e Severino do Brejo. Lembra que

quando os engenheiros começaram oficialmente os serviços, o mesmo ainda não era nascido, mas o seu pai morava mais Zé Caetano até o ano de 1940. Foi quando as águas avançaram até sua casa.

Ainda permanecemos por lá até 1947, foi neste referido ano em que saímos para morar na localidade de Timbaúba, conhecida como Areias no Pé da Serra, onde morava o finado Zé de Quente, próximo ao Sítio Madre das Flores, onde havia um riacho. Era uma renda que pertencia ao meu pai. Os Tavares também compraram uma renda vizinha (Entrevista com o senhor Laurindo Prudêncio).

Ele relata que outras pessoas também habitavam o lugar, como Expedito Coura, Possidônio Penca. As terras eram todas cultivadas com batateiras. Uma grande extensão só com batatas.

Em seu relato, Laurindo Prudêncio diz que havia muitas oiticias próximas ao rio. Havia muitas casas construídas às margens do Piranhas, com destaque para Piranhas Velha onde existiam ruas repletas de casas que foram construídas ao lado de uma enorme igreja. Mais à frente se podia avistar o cemitério com muitas catacumbas. Ele recorda que, em 1993, se podiam ver os túmulos quase intactos, após muitos anos cobertos pelas águas. Em 2017, suas ruínas ficaram novamente expostas. Ele destaca ainda que em um ponto elevado do açude, que ficou conhecido como a Ilha dos Patos, morava muita gente, sendo registrado um número elevado de casa, sendo que as pessoas que morriam por diversas causas eram sepultadas por lá mesmo, sendo observadas covas por todos os lados.

O senhor Laurindo Prudêncio acrescenta em suas narrativas que na década de 1930 uma ponta de parede despencou, soterrando e matando vários trabalhadores. Sua esposa, Ecilia Alves, conta que o seu avô foi uma das vítimas dessa tragédia, sendo resgatado vivo, mas muito machucado e com o coro cabeludo todo deformado. Levaram para a sua residência dentro de uma rede e logo em seguida foi transportado para a cidade de Cajazeiras sob os cuidados dos familiares já que o mesmo não recebeu nenhuma assistência dos responsáveis pela obra. Após estar recuperado, inteirou a vida de mais de cem anos. Morria tanta gente que provocava medo nos demais e nas pessoas que residiam próximo. No perímetro que seria inundado, foram construídas duas estradas carroçáveis para os carros passarem. Carros que, na tradução do senhor

Laurindo Prudêncio, eram muito feios, pequenos e de ferro.

Segundo as palavras do senhor Laurindo Prudêncio, eram poucos os comerciantes para suprir a demanda dos produtos procurados. As casas de vendas eram pequenas, as bodegas eram estreitas com escassos produtos nas suas prateleiras. O povo comprava pouca coisa. Ele destaca que, ao lado de alguns aspectos positivos, a construção da barragem também piorou muitas vidas, já que muitos migraram para outros lugares à procura de melhores condições, chegando ao ponto de quase todos irem embora, ficando ruas com apenas três casas habitadas. Ele relata que as dificuldades eram muitas, mesmo com as casas sendo doadas as pessoas não se convenciam em permanecer. Adianta que os chefes da época, Aristides Marinho (1937 a 1945) e Major José Caetano, fizeram a doação de cinco casas para sua família. E que também foram doadas muitas casas a pessoas que quisessem residir por lá. Ele lembra que naquele tempo as pessoas não se interessavam em ficar e tão logo surgisse uma oportunidade saíam. Dona Ecília Alves acrescenta que uma rua de casas foi construída unicamente para os trabalhadores que vinham de fora e que, após o término da barragem, estes também foram embora e abandonaram as casas, ficando sob a responsabilidade do senhor Zé Caetano. Estas casas eram pequenas e estavam situadas próximas a serra.

A sobrevivência das pessoas no período dividia-se entre o trabalho na agricultura e na construção do açude. O senhor Laurindo Prudêncio conta que antes da realização da obra havia muita fartura, como na propriedade do cidadão lembrado apenas pelo primeiro nome, Tevilino, onde existia uma grande área de plantio de milho e, próximo ao rio, contava com um baixio cheio de pés de batata, de onde eram colhidos tubérculos pesando mais de três quilos cada.

Tudo ficou submerso.

Após o término das obras de construção e com a barragem começando a acumular água, seus administradores iniciaram o processo de peixamento do manancial e o estímulo à atividade da piscicultura. Pouco tempo após esse trabalho, surgiu a figura do pescador. Como lembra e relata com indignação a senhora Ecília Alves, que nasceu e se criou onde é hoje o Distrito de Boqueirão de Piranhas e casou com Laurindo Prudêncio, o pescador era discriminado, mesmo sendo importante, pois vendia o peixe quase dentro da canoa ao rendeiro, chegando em casa já com o dinheiro do pescado. Mas com a invasão dos rendeiros ao açude, tudo ficou mais difícil. Ela narra ainda que

foram colocados muitos tipos de peixes no açude, entre eles a piranha, com muitas chegando a pesar entre três a quatro quilos e que se alimentavam da carne de qualquer animal. Conta que certa vez um cachorro atravessou a represa saindo do outro lado sem o rabo. Elas devoraram com rapidez. Fato registrado em meados de 1947. As pessoas não podiam banhar-se no açude por conta do risco de serem devoradas.

A senhora Ecília Alves relata que a autorização para pescar dependia muito da forma de controle do departamento de monitoramento do açude. Havia um limite, uma quantidade certa. Ultrapassando o limite, o material do pescador era tomado e o peixe era distribuído na vila de Engenheiro Ávidos. A pesca nos riachos era proibida enquanto que nos rios do Sítio Branquinhas ou no Tamanduá, o chefe teria sempre que ir na frente para dizer qual lugar era permitido. Somente era permitida a pesca de um determinado trecho em direção ao açude, enquanto que em direção contrária seria penalizada. Além disso, havia algumas guaritas em pontos estratégicos para vigiar o manancial. Eles eram muito rígidos na fiscalização.

No tempo de Assis Quemer, funcionário que trabalhava na fiscalização do açude, o mesmo possuía um barco movido a remo, e, por ser longo, era necessários oito homens para o fazer navegar. Em certas fiscalizações, o barco era colocado no açude com o número de oito guardas que ajudavam na vigilância do manancial. O barco era de porte grande justamente para caber o material apreendido durante as vistorias. Durante a noite havia funcionários do DNOCS vigiando as represas. Dona Ecília fala que pescador não tinha valor. Só veio a ser respeitado quando o governo federal determinou a criação do seguro defeso, quando, no período da desova do peixe, o pescador tinha direito a três parcelas de um salário mínimo. Foi a partir daí que as águas foram invadidas por pescadores de muitos lugares que se filiaram à Colônia de Pesca Z16, com sede no Distrito.

Seu Prudêncio faz questão de lembrar que antigamente era tempo bom, havia criação de gado, cabras, ovelhas, peru, ema. Tinha muito algodão, mas depois a pesca foi a principal ambição, e muitos deixaram de plantar, de trabalhar. Era tanto algodão que era necessária uma canoa remada por oito pessoas para transportar as arrobas. Saíam de Piranhas Velha e seguiam para a parede do açude, logo depois um carro transportava para vender na cidade. Ele prossegue seu relato apontando outros problemas que a construção da barragem desencadeou, e afirma que a obra do

sangradouro foi um serviço mal executado. Durante a reforma da parede, foi subtraído muito ferro, bronze e cobre. Por outro lado, dona Ecília diz que depois que os rendeiros chegaram e começaram a prática de criação de bovino, foi invadida toda a faixa que era propícia para vazantes. Eles encheram tudo de capim. Seu marido, Laurindo Prudêncio, acrescenta que rendeiros também sofriam prejuízo com o aumento do volume hídrico do manancial.

Quando as águas começaram a ser represadas foram invadindo as vazantes dos rendeiros. Estas foram as primeiras que ficaram submersas. Para aproveitar o milho, o feijão, a melancia, a batata, o jerimum e vários outros produtos, seu Nezinho, morador do sítio Frade, permitia que as pessoas aproveitassem esses produtos na sua vazante, apenas nas terras que estavam sendo invadidas pelas águas. Portanto eram homens, mulheres, crianças, com a profundidade de 60 centímetros, passavam a noite inteira colhendo essas verduras. Inclusive os rendeiros eram incansáveis trabalhadores, pois quando o volume baixava eles recomeçavam, quando era durante o período da estiagem eles perdiam também pelo fato de ficar distante o plantio das margens da represa (Entrevista com o senhor Laurindo Prudêncio, morador do Distrito de Engenheiro Ávidos).

São relatos de pessoas humildes, que construíram laços afetivos e culturais com a região do Sítio Frade, Sítio Canto e o Distrito de Engenheiro Ávidos. Todos foram atenciosamente ouvidos em suas narrativas, como sobreviventes de secas causticantes e que, aos poucos, tiveram seus modos de vida moldados pelo progresso que atropelou costumes, vivências e tradições.

Enquanto historiador, Francisco Pereira Lima soma narrativas a essa trama histórica quando destaca a importância desses relatos memorialísticos em que os descendentes dos prejudicados têm a oportunidade de contar como se deu o processo de desocupação das terras que seriam inundadas. Destacando que é descendente dos Tavares de Lima, que habitavam o antigo e submerso sítio Cancão, atual Sítio São Luiz, ele aponta as consequências negativas e lembra o sentimento de abandono e a fragmentação da estrutura familiar das pessoas expulsas de suas terras.

A família do meu bisavô era dali do Sítio Cancão que hoje é o São Luiz, que quando enche cobre de água. Hoje está descoberto, mas quando o açude está cheio cobre de água, pois as consequências negativas foram muitas, muitas pessoas foram prejudicadas porque eles tinham sua estrutura familiar, a sua estrutura de propriedade

montada e de repente eles foram obrigados, se viram na obrigação de sair, de largar tudo, e ir para onde? Hoje, o governo quando faz uma obra do porte de Boqueirão se preocupa um pouco com os habitantes que vão ou estão na área que vai ser alagada, mas naquela época ninguém falava nada, chegava e desapropriava por uma mixaria que não tinha valor de nada, só se tivesse uma casa, tivesse roça de algodão, tinha algum valor, mas mata, terras, pastagens era insignificante o valor, e eles eram obrigados a sair sem ter um destino. Imagina né, o meu bisavô Luiz Correia Lima que era o mestre, “mestre Luiz”, se você procura ali na barra, no canto, nas branquinhas, no Riachão, e em São Luiz, quem foi mestre Luiz do Cancão todo mundo informa, o mestre Luiz tinha uma propriedade com um sítio de banana, de cana, tinha engenho, ele fazia rapadura, cachaça, alambique, ele era um mestre... encanoava em casa, uma coisa impressionante. Meu bisavô era um mestre, daí o nome Mestre Luiz, e de repente ele se viu a largar tudo isso e sair sem ter para onde ir, ele foi morar com os filhos que moravam por lado dos Brejos dos Santos, não deu certo e voltou, ficou perambulando e terminando morrendo já com uma certa idade (Entrevista com Francisco Pereira Lima).

Ele atenta para a grandeza das consequências desencadeadas pela construção da represa e lembra que, pela repercussão da importância dada, as pessoas sempre deram mais destaque aos benefícios. Mas dezenas, centenas de pessoas sem ter para onde ir, sem possuir dinheiro, sem ter nada, foram passar necessidade. Não eram todas as pessoas que tinham condições financeiras de ir morar na cidade, sem aposentadoria. Ele fala que seu bisavô, Mestre Luiz, como era conhecido, foi uma das vítimas.

Ele cita outro projeto que estava para ser executado, mas que, pelo fato de multiplicar os prejuízos às pessoas, foi modificado.

E o interessante, a obra de Boqueirão teve dois projetos, teve o primeiro projeto que era um projeto grandioso que ia aterrorizar mais do que o dobro da capacidade hídrica. Iria ficar com mais 500 milhões de m³ e vendo que as consequências sociais das pessoas que teriam suas propriedades alagadas era tão grande que eles resolveram diminuir e diminuíram menos da metade daquele primeiro projeto, então de certa forma, em algum momento, alguém viu que as consequências iriam ser grandes demais. A área alagada iria ser um absurdo, ali na caboclo iria ficar com água, havia a possibilidade de a água sangrar pela terra molhada que descia pelo Sítio Patamutê e seguia pelo Santo Antônio, as consequências seria absurdo, o Sítio Picada dos Andrades iria cobrir todo, o meu pai sempre falou que no rio Tamanduá tinha um ponto que ele fala que no primeiro projeto do Açude de Boqueirão a água chegaria naquele lugar... era muito distante, era uns 5 a 6 quilômetros acima de onde ela ficou com 255 milhões (Entrevista com Francisco Pereira Lima).

Ele fala que a construção do açude teve faces bem cruéis, como a dos que foram desapropriados forçadamente, sem que se tivessem construído uma agrovila para abrigar os desapropriados. Naquela época não se fazia nada disso. Teve pessoas que a indenização foi tão insignificante que optaram em não receber, com a esperança de entrar na justiça e, com isso, perderam tudo.

Tudo isso, como eu já falei, ficou oculto, submerso nos benefícios que a construção trouxe, literalmente submerso esses maléficis que aconteceu, uma questão social gravíssima e é interessante você estar levantando essa questão, porque pouco se fala nessas consequências. Foram tantos maléficis que foi abafado, isso aí ninguém poderia falar porque havia discriminação de quem quisesse levantar uma questão dessa, sob o risco de achar que ele está contra a construção, contra a obra, então havia essa visão com absoluta certeza, se alguém entrasse na justiça, hoje, por qualquer coisa, embarga a obra, então se alguém naquele momento se levantasse contra a construção de Boqueirão pelas consequências, pelos maléficis, teria colocado como uma pessoa que vai pelo embargo da obra (Entrevista com Francisco Pereira Lima).

Não apenas prejuízos materiais devem ser contabilizados. As pessoas que habitavam a Vila de São José eram muito religiosas. As práticas de festividade religiosa eram típicas e muito respeitadas em todo o povoado. São José era o padroeiro da Vila que recebeu o seu nome como referência geográfica. Francisco Pereira Lima desenha o cenário de emoções e sentimentos das pessoas no momento do traslado da imagem de São José para a nova cidade:

Mas uma coisa interessante e que a minha avó, Francisca das Chagas Lima, que era filha de mestre Luiz, ela faleceu agora em 2005 com 95 anos, e ela falava que ela estava em Piranhas Velha, São José de Piranhas, na época no momento que foi trasladado a imagem de São José de Piranhas Velha para levar para São José de Piranhas Nova que é a cidade atual. Parece que ficou até na capela de São Sebastião porque a igreja não estava pronta ainda e ela falava do desespero das pessoas tendo que se despedir da imagem de São José. Disse que era um chororô, a gente fala no popular, uma bravura horrível, as pessoas lamentando porque estavam levando a imagem de São José de lá, retirando da capela que já estava na iminência de ser alagada, já foi que o açude já estava tomando água e já precisava retirar tudo de lá (Entrevista com Francisco Pereira Lima).

São acontecimentos que merecem serem problematizados, debatidos, registrados. Francisco Pereira atenta também para o fator histórico da Vila de Piranhas e como ela ganhou o *status* de cidade após a mudança de local.

São José de Piranhas, que naquele momento era Vila São José de Piranhas, só passou a ter o status de cidade só a partir do ano de 1938 quando já estava lá se emancipou como Vila em 24 de Setembro de 1885. Ao passar de ser vila, estava emancipada de Cajazeiras. Passou a ter governo próprio e tudo, mas era vila. A Vila de São José, naquela Piranhas Velha, sempre foi vila, nunca foi cidade. Depois que foi transferido e foi inaugurado em janeiro de 1937 e em 38 foi que o governo federal na época do Estado Novo baixou um decreto transformando todas as Vilas a partir daquele momento. Acabou o status de vila e passou a ser povoado, distrito, cidade, essa é uma questão histórica que merece ser ressaltada, a cidade de São José de Piranhas transferiu, não. Rigorosamente não era cidade. A sede do município foi transferida para lá, qualquer povoado, distrito, vila cidade era a sequência, portanto Cajazeiras foi povoado, distrito, vila cidade (Entrevista com Francisco Pereira Lima).

O governo não construiu a cidade para os desabrigados de Piranhas Velha. Apenas reservou o espaço e cada um tinha que construir suas novas moradias. Houve uma pequena ajuda. Isso não se pode comparar com o que há, atualmente, com a construção de conjuntos habitacional em favor dos desapropriados. E, por fim, Francisco Lima relata o sentimento que foi ter que deixar sua moradia, seja o comerciante com a sua venda montada, organizada, ou outras pessoas que tinham amor pelo lugar.

Se você for em Piranhas, está tudo descoberto ali, passando por cima daqueles entulhos de casas com as sapatas cheios de pedaços de tijolos, a gente chama banda de tijolos, então você pode imaginar os moradores dali, a dor que eles sentiram tendo que largar o seu lar, a sua casa, e ir para um lugar incerto, absolutamente incerto. E os filhos, o drama da família, as pessoas já acostumadas ali, o sitiozinho... até houve um certo zelo, entre aspas, de retratar aquela cidade lá naquela nova área na Fazenda Jatobá, onde foi instalada a nova São José, a praça no mesmo formato, a igreja na mesma posição em frente para o poente. Os mais abastados economicamente que residiam ao redor da praça da velha São José, eles tiveram direito de residir na mesma posição da praça na nova São José, que a praça ficou no mesmo feitio, logicamente, na São José nova, muito mais comprida, maior a praça... mas o feitio era o mesmo, o coreto, fizeram coreto na nova São José na mesma posição. Aí vem os pobres, em que local vivia os pobres lá? Tinha um bairro Pernabuquim que era dos negros. São José de

Piranhas velha tinha um bairro que era dos negros que se chamava Pernabuquim e lá na São José de Piranhas Nova foi destinado a eles uma posição, uma área em que eles montassem o bairro deles, o bairro Pernabuquim (Entrevista com Francisco Pereira Lima).

O direito de construir a casa na mesma posição em que era na antiga Vila foi uma forma de diminuir os danos sentimentais. Interessante notar que foi pensada essa forma de manter a formação das ruas na sua quase originalidade geográfica. As pessoas que moravam próximo à praça ficaram perto da nova praça e assim por diante. No entanto, isso foi apenas um detalhe que foi lembrado para amenizar o sofrimento das vítimas da seca e do progresso, mas nada do que foi feito mudou a realidade dos que foram afetados por essa mudança. Uma verdadeira ruptura, sem precedentes, que culminou com danos não apenas econômicos, mas religiosos, culturais e, na soma desses fatores, danos psicológicos irreparáveis na vida de tantos trabalhadores sertanejos.

3.2. O SÍTIO FRADE ANTES E DEPOIS DA CONSTRUÇÃO DO AÇUDE

O Sítio Frade é uma área localizada no município de São José de Piranhas, às margens do Açude Engenheiro Ávidos (Boqueirão). Encontra-se acerca de 30 km da cidade, na divisa com o Distrito de Boqueirão, no município de Cajazeiras. Segundo Oliveira (2016), dados de 2016 revelam que o Sítio Frade é habitado por 52 pessoas, sendo 23 do sexo feminino e 29 do sexo masculino. A idade varia de um até 81 anos. O nível de instrução dos moradores está entre analfabetos e terceiro ano do ensino médio, sendo que quatro cursam o ensino superior atualmente. Oliveira (2016) acrescenta informações socioeconômicas do espaço localizado às margens do Açude Boqueirão:

A agricultura predominantemente da área são plantações temporárias como: o milho, feijão, amendoim etc., esses tipos de cultivo se dá em época da seca e do baixo nível do açude onde as terras cultivadas permanecem debaixo d'água, por isso as plantações são temporárias, e não existe cultivares permanentes, pois depende da oscilação da capacidade do açude entre outros fatores, como o solo, clima etc. A criação de gado e bode se faz presente, e o cultivo de pastos para alimentar esses animais também depende da oscilação do nível de água, enquanto o açude está cheio cobre grande parte de terras para a

formação de pastos e com isso diminui a extensão e o número de animais na área, quando o nível vai baixando as terras submersas vão surgindo e os criadores cultivando a pastagem, em pouco tempo os animais já se espalham no entorno (OLIVEIRA, 2016, p. 26).

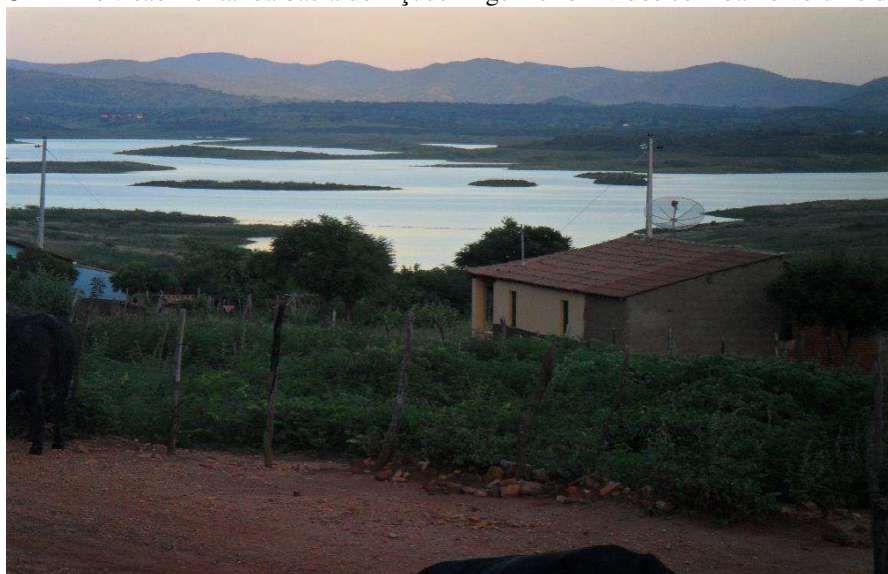
A ocupação dos moradores para buscar seu complemento de renda com o trabalho está associada à agricultura, bicos (trabalhos temporários), pesca, sendo que esta última não está sendo exercida como antes devido à baixa capacidade do nível de água do reservatório, não oferecendo a abundância de peixes necessária para os pescadores assegurarem seu sustento e da sua família. As imagens a seguir retratam o espaço ocupado por casas onde residem meus pais, avós e tios.

FIGURA 10: Sítio Frade, onde residem meus pais e parte da sua família.



FONTE: Acervo pessoal, Maio 2016.

FIGURA 11: visão frontal da bacia do Açude Engenheiro Ávidos com baixo volume de água.



FONTE: Acervo pessoal, maio 2016.

O povoamento da área se deu antes da construção do reservatório, segundo depoimentos de alguns moradores mais antigos daquela região. O Sítio Frade recebeu esse nome porque, segundo relatos, existiam muitas Coroas de Frade (*Melocactus bahiensis*). E assim foi oficializado esse nome, que segue até os dias atuais.

Uma região de clima seco, um espaço cheio de serras, mas que apresentava um povoamento consideravelmente elevado em comparação com outras localidades. O Rio Piranhas⁸ é o seu principal curso de água. Minhas lembranças de morador do pé da Serra do Bento, como é chamado parte do Sítio Frade, me reservaram grandes aprendizagens, principalmente durante a minha juventude. Apreciador de uma boa conversa, gostava de ouvir memórias daqueles que detinham de muita experiência de vida. Em muitas ocasiões, chegando a perder a noção do tempo, nas casas de pessoas idosas que residiam próximo à casa dos meus pais. Histórias que foram se transformando em cotidiano, sendo que grande parte delas eram narradas pelo meu avô, Teodomiro Cipriano, que, ainda jovem, foi morar no pé da serra após a ida do irmão mais novo, Edval, e do pai, Noel.

O assunto principal nas conversas era a região antes da construção do Açude Engenheiro Ávidos. Memórias e narrativas de uma terra boa para se plantar. A família Cipriano, que eram os pais do meu avô, morava no Sítio Canto, que fica na região fronteira com os sítios denominados Sítio Sítio, Sítio Frade e Piranhas Velha, antiga cidade de São José de Piranhas. A família Cipriano residia em terras produtivas, propícias para o plantio de diferentes culturas. No local existia um engenho de cana de açúcar, seguido de um alambique onde se produzia a cachaça. O gado ajudava no transporte da lenha com o famoso carro de boi.

A família vivia financeiramente bem se comparada com as demais. Os filhos do meu bisavô moravam todos neste povoado. A pecuária de médio porte ajudava na sobrevivência. O feijão e o arroz eram plantados e colhidos em excelentes terrenos. Uma família organizada e trabalhadora. Vidas que, como tantas outras, foram radicalmente transformadas com a conclusão da parede, em 1936, e, conseqüentemente,

⁸ O Rio Piranhas nasce na Serra do Bonga, em Bonito de Santa Fé, cortando vários municípios até desaguar no Estado do Rio Grande do Norte onde acrescenta o nome para Piranhas-Açu, sendo a mais importante bacia hidrográfica da região, segundo o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

com o avanço das águas. As melhores terras foram engolidas pelo açude, chegando até a casa da família de Seu Cipriano que, às pressas, teve que sair, tendo que deixar para trás bens, benfeitorias e histórias.

A terra produtiva não era mais acessível, pois, no decorrer dos meses, a água chegava às casas de todos, sem exceção. Pessoas que, movidas pelo instinto de sobrevivência, deixavam tudo para trás. Em muitos casos não salvaram sequer as telhas que serviriam para futuras construções. A indenização era custosa e variava em cada propriedade. Muitos tentaram reconstruir suas vidas em terras mais altas, mas sem sucesso. No decorrer do tempo, a família do meu bisavô se dispersou por outras regiões do país logo após receber a compensação do prejuízo, a indenização, usada na compra das passagens.

Os irmãos do meu avô Teodomiro Cipriano que tiveram suas terras tomadas pelo avanço do açude não foram ressarcidos com a perda de suas antigas economias. Foi neste período em que os filhos de Noel Cipriano, que residiam um próximo do outro, se separaram de vez. Um chamado de Edva Oliveira foi morar com seu pai no Sítio Frade. Esses foram os pioneiros a se deslocarem para uma propriedade mais distante de onde residiam. Os demais filhos se dispersaram. O meu avô Teodomiro, após alguns poucos anos, também foi morar próximo a seu pai Noel e seu irmão Edva. Seus irmãos escolheram outro lugar, como é o caso de Mícia Cipriano, que foi morar no Sítio Frade, há alguns quilômetros do pai e dos dois irmãos. Já Francisco Noel continuou residindo no Sítio Canto em uma propriedade às margens do açude, enquanto seu irmão José Noel foi morar no Distrito de Boqueirão, permanecendo até o fim da vida. Foi desta forma que a família de Noel Cipriano, o pai do meu avô, foi forçadamente separada.

No Sítio Frade, às margens do Rio Piranhas, as moradias variavam entre casas de alvenaria ou casas de taipa feitas com madeira e barro. Geralmente as pessoas que detinham maiores recursos tinham suas residências construídas com melhor material. A família do senhor Manoel Vieira tinha uma casa consideravelmente espaçosa. Esta família se dedicava à criação de cabras e ao plantio e beneficiamento da mandioca, com a propriedade dispondo de uma casa de farinha. A mandioca era cultivada às margens do rio e a farinha vendida em Piranhas Velha, antiga cidade. Quando o açude começou a encher, as localidades ficaram submersas.

Em 2016, com a estiagem prolongada, as águas recuaram e as ruínas apareceram

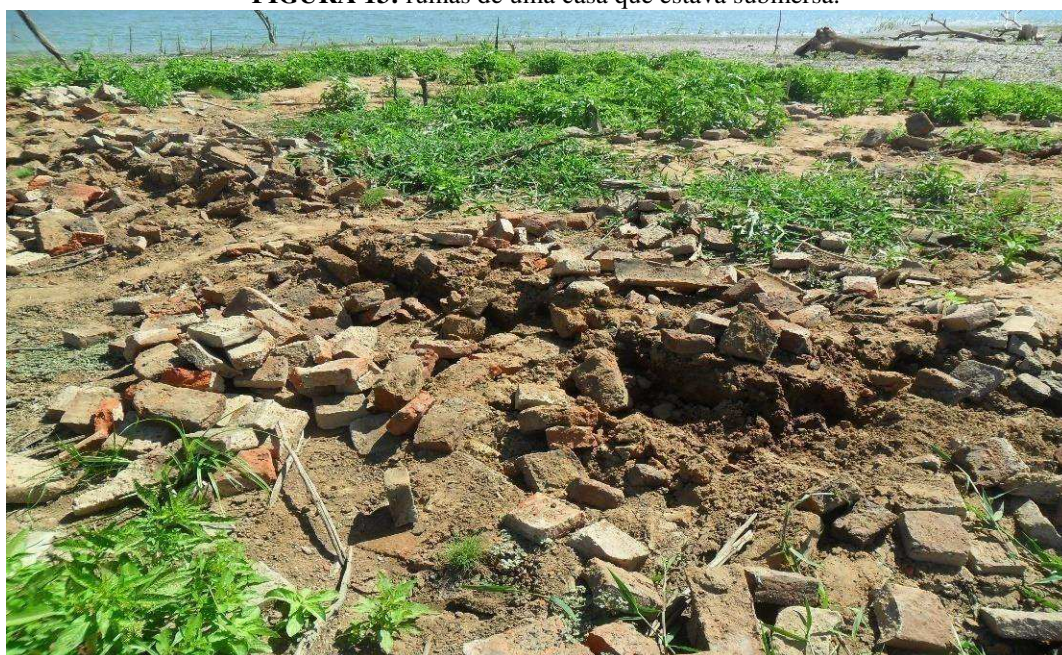
reforçando as lembranças daqueles que contam estas narrativas.

FIGURA 12: moedas e frascos encontrados em ruínas de uma casa que estava submersa.



FONTE: Acervo pessoal, Maio 2016.

FIGURA 13: ruínas de uma casa que estava submersa.



FONTE: Acervo pessoal, maio 2016.

FIGURA 14: ruínas de um forno de fazer farinha que estava submerso.



FONTE: Acervo pessoal, maio 2016.

As imagens expressam, em sua dimensão, os vestígios da antiga casa onde se produzia e vendia farinha. Ruínas de um povo expulso de suas atividades econômicas em nome do progresso. Segundo os relatos de familiares e pessoas idosas que ainda residem nesta área, a vida era sofrida, mas haviam condições de sobreviver mesmo em anos com irregularidade pluviométrica, plantando feijão, arroz, mandioca, amendoim, criando gado. Ou seja, o meio de subsistência garantia a permanência destas pessoas às margens do Rio Piranhas. Durante o período de seca cavavam cacimbas⁹ no leito do rio. Estes poços forneciam água para as necessidades e para o consumo animal. Abaixo, uma cacimba inutilizada que abastecia as casas do pé da serra de Boqueirão.

⁹CACIMBA – buraco que se cava até atingir um lençol de água subterrâneo; poço, cisterna.

FIGURA 15: cacimba localizada no pé da serra de Boqueirão de Piranhas.



FONTE: Acervo pessoal, maio 2016.

Dessa forma, na simplicidade dos modos de vida, os habitantes do Sítio Frade levavam sua vida. Passando por rotineiras dificuldades financeiras, o que era comum para muita gente naquele período. Mas durante a minha infância e juventude naquele lugar, nunca se falou que alguém morreu de fome por falta de alimento. Eram escassos, sim, bem como em outros lugares da região Nordeste, mas sempre dava para sobreviver a essas intempéries. Experiências de vida e sobrevivência que são somadas a tantas outras pessoas humildes, que já nasceram com a certeza de que o amanhã não seria fácil, seguindo suas vidas mesmo diante de tanta dificuldade. Pessoas tão fortes quanto a vegetação com suas raízes profundas, que perdem suas folhas na seca anual, mas continuam vivas e quase invisíveis aos olhos do forasteiro, esperando o momento certo para florescer e frutificar no espaço que lhes pertence geograficamente.

3.3 A LIBERDADE VIGIADA: O CONTRATO ENTRE RENDEIROS E O DNOCS

Após a conclusão do Açude Engenheiro Ávidos, as terras que foram desapropriadas passaram para o controle da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), depois, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Os

moradores que optaram em continuar próximo ao manancial após a conclusão das obras passaram à condição de rendeiros, ou seja, arrendavam a terra pagando uma determinada quantia ao órgão federal.

Portanto, para ter o direito de moradia, as exigências eram divulgadas ao interessado através de um contrato celebrado com a IFOCS, através do escritório do órgão situado no município de Cajazeiras. A seguir, trecho de um contrato datado de 1978:

Contrato de arrendamento nº 992/78

Contrato de arrendamento de terras que entre si fazem, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e o Sr. ----- para o arrendamento de terras no açude público Engenheiro Ávidos situado no município de Cajazeiras Estado da Paraíba.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, entidade autárquica Federal, criada pela lei de nº 4.229, de 1º de Junho de 1963, devorante denominado de neste instrumento DNOCS, neste ato representado pelo Engenheiro civil Joaquim Guedes Corrêa Gondim, diretor da 3º diretoria regional do DNOCS, com sede na rua Cônego Barata nº 999, nesta cidade do Recife-PE, conforme delegação de competência conferida pela portaria nº PGE – 023 de 14 de novembro de 1977, publicada no boletim administrativo nº 100 de 15 de dezembro de 1977, e o Sr (nome do cidadão) brasileiro casado, agricultor, residente no município de São José de Piranhas Estado da Paraíba doravante denominado de arrendatário, e, tendo em vista o que determina a portaria de nº 04/DGO, de 23 de outubro de outubro de 1975, do Sr. Diretor geral do DNOCS, tem justo e acordado o presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes.

O contrato, de cinco laudas, estabelecia as condições para uso, pelos rendeiros, das terras arrendadas. As inúmeras cláusulas orientavam os rendeiros sobre suas atribuições e responsabilidades. Ou seja, passava a funcionar como uma norma de enquadramento em um cenário agora vigiado e disciplinado. As desobediências e transgressões eram passíveis de multas e, até mesmo, de perda dos direitos do uso das terras públicas administradas pelo departamento federal. Já na primeira cláusula do contrato ficava especificado o tamanho da área, situada na faixa seca, medindo cem metros de frente. Também era definido o pagamento da taxa anual de duzentos e sessenta cruzeiros, podendo, no decorrer dos anos, sofrer reajustes. A primeira taxa era paga no ato da assinatura.

A partir do ato da assinatura do contrato, o modo de vida do agricultor que,

antes, sobrevivia livremente sem nenhum vínculo com regras institucionais, teria a responsabilidade de trabalhar não apenas para angariar recursos para o sustento da família, mas pagar o que lhe era exigido. A relação do sertanejo com a terra passou por drásticas mudanças com a quebra da tradição secular de liberdade de sobrevivência para um novo mundo de regras, acordos, responsabilidades, exigências. Naquele momento ele seria moldado de acordo com a imposição governamental. Os pacatos sertanejos teriam que obedecer ao poder federal, ou então, abandonar as terras em que seus avós já trabalhavam e migrar para terras desconhecidas, virar cangaceiros e deixar a família ao relento. Os que cediam, passavam a fazer parte de uma estrutura burocrática de vigilância e controle.

A duração do contrato era de apenas três anos, podendo ser renovado. Na quarta cláusula, o arrendatário era obrigado a manter em perfeito estado de conservação as benfeitorias existentes na área arrendada, tratando de todas as culturas existentes, respondendo pelos danos e prejuízos causados pela má conservação das mesmas. Importante lembrar que os trabalhadores que eram prejudicados com a perda total de suas vazantes engolidas pelas águas, ou quando as comportas eram abertas para a soltura hídrica para o perímetro irrigado de São Gonçalo, não tinham nenhum direito de ressarcimento aos danos a suas lavouras.

Inúmeras exigências eram estabelecidas para regulamentar o uso das terras. Uma delas definia que as vazantes deveriam ser cultivadas unicamente com cultura de subsistência, somente sendo permitido o cultivo de forrageiras quando os solos não apresentarem condições favoráveis às citadas culturas. Uma parte da área seca, equivalente a 20 ou 25%, não podia ser arrendada, ficando à disposição da direção geral do DNOCS. O arrendatário não podia sublocar ou ceder no todo ou em parte os seus direitos de rendeiro estipulados no contrato. Estava terminantemente proibida a prática da parceria agrícola sob qualquer modalidade, nem cortar árvores de grande porte ou de utilidade. Estava proibida a fabricação de telha, tijolos, carvão, louças de barro sem a devida autorização. Também somava ao não permitido a exploração da carnaúba, da oiticica e de outras árvores localizados no terreno do governo, além de cortar, modificar, desviar ou queimar cercas construídas pelo DNOCS ou alterar as que forem construídas por ele, ausentar-se do lote por um período superior a três meses salvo que fique alguém da família que o represente.

Pode-se observar nas proibições que o controle sobre as atividades do rendeiro era extremamente rigoroso, atrapalhando até a forma de o agricultor ganhar dinheiro para sustentar a família e pagar o órgão público na data marcada. Praticamente, estava com as mãos atadas. Havia até um controle dos modos de vida, proibindo entregar-se aos vícios de jogos ou embriaguez, bem como demonstrar outras qualidades negativas de moralidade que desaconselhasse sua permanência entre os demais moradores.

Prosseguindo com as cláusulas observadas no contrato, uma delas definia o estabelecimento de multa, além de responsabilidade criminal e indenização do prejuízo, para a prática da criação de animais fora de currais próprios e seguros; a pesca sem estar devidamente licenciada; a caça em terras do DNOCS, em qualquer época do ano, com exceção aos animais considerados nocivos à agricultura; utilizar-se de ramas de canafístulas e juazeiros existentes nos lotes; danificar barragem ou mover comportas; construir caminhos ou estradas sem a devida autorização; usar aparelhos ou métodos de pesca condenáveis. O desrespeito implicava em multa de 5 a 15% e, no caso de reincidência, de 15 a 30% do valor de referência, tendo direito o acusado, no prazo de 15 dias, de recorrer após tomar ciência da decisão condenatória por parte do diretor da diretoria regional. Se a multa não fosse paga, seria acrescida de 10% por cada dia excedente ao prazo marcado para o arrendatário executar as providências ditadas pelo órgão. Caso o referido não pague a multa no prazo de trinta dias a partir da data marcada para seu recolhimento, teria o seu contrato rescindido, providenciando a cobrança judicial e a retirada do faltoso das terras da União.

O controle exercido sobre os rendeiros era rigoroso e bastante pernicioso quando se considera que grande número era analfabeto, portanto, sem condições plenas de decifrar as cláusulas e, mediante o surgimento de qualquer dúvida, tendo que recorrer a memória para lembrá-las. O contrato também estabelecia que em caso de construção, ampliação ou reforma de residência teria que seguir as normas existentes. Qualquer benfeitoria realizada no lote teria que receber a prévia aprovação. Era permitido ao rendeiro tirar água do açude para lavagem de roupa, de animais e outros fins, desde que a mesma, depois de utilizada, não mais retornasse ao reservatório, reforçando a informação de que a destruição de culturas, cercas ou benfeitorias, ocasionadas pela variação do nível de água do açude, não daria direito a indenização ao arrendatário.

Quanto ao falecimento do rendeiro, os sucessores poderiam continuar com as

terras mediante o comprometimento do respeito às cláusulas assinadas pelo falecido e com a devida apresentação do atestado de óbito.

A vigésima cláusula esclarecia quanto à rescisão do contrato, que era feita a devida notificação ao rendeiro para desocupar o imóvel dentro do prazo de 180 dias, findo o qual seria despejado sem qualquer direito à indenização por benfeitorias e percepção de frutos das safras pendentes. Caso não desocupasse o imóvel no prazo estabelecido, sofreria uma multa contratual equivalente a 10 vezes o valor da referência regional, que seria cobrado por via judicial.

A maioria dos agricultores que assinava o acordo com o órgão federal, por não saber ler nem escrever, colocava o polegar direito perante o ato de assinatura do documento. No ano de 1978, ainda vigoravam essas exigências, sendo o agente administrativo, o senhor Olívio Bandeira César, que atuava no escritório próximo ao Distrito de Engenheiro Ávidos, sede do DNOCS e que passou a ser chamada “Vila”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o objetivo de ouvir pessoas que foram desapropriadas de suas terras em nome de um feito governamental. Ação que garantiria recursos hídricos mais abundantes a uma grande parcela da população do Alto Sertão da Paraíba. Porém, durante a realização do trabalho, constatou-se a existência de outras possibilidades de socorrer os flagelados pela seca, bem como que outros investimentos financeiros que poderiam ter sido viabilizados, que não fossem apenas através da técnica da açudagem. Muita propaganda como solução final aos problemas do Nordeste.

Pudemos verificar que na construção de açudes o acúmulo de água não resolviam, de imediato, as carências da população sertaneja. Outras soluções eram necessárias, como a execução de políticas públicas voltadas para a sustentação socioeconômica da família rural, sendo as mais atingidas no semiárido. Consideramos que, sem dúvida, não havia uma assistência digna às pessoas atingidas pelo fenômeno da seca.

Durante o processo da açudagem, que foi justamente a construção de vários açudes em áreas diversas do Nordeste, a falta de atenção para com as pessoas desapropriadas não foi considerada, como ressaltamos neste trabalho. Fato que se verifica pelos relatos e narrativas de parentes das vítimas da seca e do progresso. Também constatamos que a metodologia escolhida, de ouvir pessoas que participaram como testemunhas de relatos dos que foram expulsos de suas terras, se não diretamente, mas indiretamente, teve como desdobramento a compreensão de que os efeitos contrários da construção do Açude Engenheiro Ávidos, suas consequências, são muito pouco lembrados pela historiografia local.

A dificuldade metodológica encontrada foi em localizar pessoas que se dispusessem em colaborar com a temática levantada, algumas por evitar desenterrar da sepultura da memória algo tão trágico, lembranças tão amargas de um período de abandono e incerteza. Mesmo sendo filhos e parentes próximos a pessoas prejudicadas durante a realização da obra, já apresentam uma idade avançada.

O Sítio Frade é onde reside a maioria das pessoas e descendentes dos que foram expulsos das terras que ficaram submersas. A sua localização é justamente entre os municípios de São José de Piranhas e Cajazeiras, tendo sua área quase totalmente

coberta durante a cheia do manancial de Boqueirão de Piranhas. Foi onde foi ouvida a maioria dos depoimentos apresentados neste trabalho.

Outro fato que merece ser destacado é que as pessoas expulsas de suas casas, de suas propriedades, eram vítimas também da seca. Enquanto isso, as pessoas que optaram por permanecer às margens do açude foram vítimas do progresso, com a instalação da representação da IFOCS, depois DNOCS, na Vila de Boqueirão. Os sertanejos, que antes eram independentes, passaram a ser moldados por regras, normas. Disciplinados por cláusulas e contratos.

Os sacrificados em nome do progresso foram pessoas que já tinham uma estrutura familiar, econômica e social, e de repente, se viram sem nada. Tiveram simplesmente que enveredar por outras trilhas. Mas, quais, se naquele momento não existiam opções extras? Suas vidas foram alteradas pelo restante dos anos como observamos em passagens do trabalho. Como o caso de Mestre Luiz Lima, que tinha engenho de cana-de-açúcar e alambique de produzir cachaça, tinha seu meio de vida, sua fonte de rentabilidade, mas, em poucos dias, tudo ficou submerso e ele não mais conseguiu se adaptar em outros lugares. Terminou morrendo poucos anos após ter perdido tudo. Essa é uma de muitas outras histórias semelhantes que foram apagadas no decorrer dos anos com a morte de seus protagonistas.

Podemos concluir, através desta pesquisa, que a técnica da açudagem na região do Alto Piranhas culminou com várias famílias levadas a pobreza absoluta. A construção do Açude Engenheiro Ávidos possui duas vertentes: de um lado, as pessoas que foram beneficiadas com a sua obra. Fazendeiros e comerciantes que viram a oportunidade de empreender negócios vantajosos com pessoas envolvidas na obra. Comerciantes na comunidade de Boqueirão que tiveram tanto êxito que após o término da construção da parede instalaram armazéns em Cajazeiras. Por outro lado, o lado negativo, aqueles que tiveram que sair e abandonar seu lugar, sua história, seus laços e afetividades e, depois, ficarem abandonados à própria sorte.

Cada um com sua história de vida, cada um com suas lembranças de um período difícil, tendo como cenário o semiárido nordestino.

FONTES E REFERÊNCIAS

FONTES

ANTÔNIO ALVES. Entrevista concedida ao autor. Cajazeiras. 02 de fevereiro de 2017.

DIETES SOBRINHO. Entrevista concedida ao autor. Cajazeiras. 22 de fevereiro de 2017.

FRANCISCO PEREIRA LIMA. Entrevista concedida ao autor. Cajazeiras. 10 de Março de 2017.

LAURINDO PRUDÊNCIO e DONA ECÍLIA ALVES. Entrevistas concedidas ao autor. Distrito Engenheiro Ávidos. 27 de fevereiro de 2017.

ZUMIRA BARRETO. Entrevista concedida ao autor. Cajazeiras. 22 de fevereiro de 2017.

REFERÊNCIAS

AESA. Disponível em: <<http://site2.aesa.pb.gov.br/aesa/volumesAcudes.do?metodo=listarAcudesUltimaCota>>. Acessado em: 03/02/2017.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **Fala de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino. De problema à solução (1877-1922)**. Dissertação (Mestrado e História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

_____. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. Recife: Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

ALBUQUERQUE, José Antonio de. As origens de Engenheiro Ávidos: meu doce pedaço de chão (I). **Jornal Gazeta do Alto Piranhas**, Cajazeiras, 30 out a 05 nov. 2015. p. B2.

_____. O Distrito de Engenheiro Ávidos: a construção do Açude (III). **Jornal Gazeta do Alto Piranhas**, Cajazeiras, 13 a 19 nov. 2015. p. B2.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3. ed. João Pessoa: A União, 1980.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A seca: realidade e mito**. Recife: ASA, 1985.

ASSUNÇÃO, Luiz Márcio. LIVINGSTONE, Ian. Desenvolvimento inadequado: construção de açudes e secas no sertão do Nordeste. **Rev Bras. Beon**. Rio de Janeiro, Jul./set, 1993.

BÍBLIA, Português. **A Bíblia Sagrada**: Antigo e Novo Testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição rev. atualizada no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblia do Brasil.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BRITO, F. B. de. **O conflito pelo uso da água do açude Epitácio Pessoa (Boqueirão) - PB**. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Geografia. João Pessoa, Paraíba, 2008.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE DESASTRES (CEPED-UFSC). **Histórico de secas no Nordeste do Brasil**. Disponível em: <<http://www.ceped.ufsc.br/historico-de-secas-no-nordeste-do-brasil/>>. Acessado em: 15/09/2016.

COELHO, Jorge. **As secas do Nordeste e a indústria das secas**. Petrópolis: Vozes, 1985.

COSTA, António Assis. **A(s) Cajazeiras que eu vi e onde vivi** – Memórias. João Pessoa: Progresso, 1986.

CUNHA, João Rolim da. **São José de Piranhas**: apontamentos para sua história. João Pessoa: A União, 1999.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA. **Decreto Nº 19.258, de 31 de outubro de 1997**: controle técnico de Obras e Serviços de Oferta Hídrica, João Pessoa, 31 de outubro 1996.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio**. Brasil: Nova Fronteira, 1975.

FILGUEIRA, Maria Conceição Maciel. **Meu pai Maciel**: memória rediviva. João Pessoa: CEFET-UNED, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

GARCIA, Marília Fontana Garcia. Nordeste: o reverso da medalha. **Lua Nova**, v. 1, n. 1, 1984.

GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca**: o Nordeste é uma história mal contada. Fortaleza: DNOCS, 1981.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOLZER, W. O lugar na Geografia Humanista. **Revista Território**. Rio de Janeiro. Ano IV, n. 7. p. 67-78, 1999.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEITÃO, Deusdedit. **São José de Piranhas**: notas para sua história. João pessoa: UniGraf, 1985.

LIMA, Messias Ferreira de. **São José de Piranhas**: um pouco de sua história. Cajazeiras: Editora Real, 2010.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido - uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007.

MEDEIROS FILHO, João. SOUZA, Itamar de. **A seca do Nordeste**: um falso problema. Petrópolis: Vozes, 1983.

MEDEIROS, João. SOUZA, Itamar de. **Os degredados filhos da seca**: uma análise sócio-política das secas do Nordeste. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MELLO, Flavio. PIASENTIN, Corrado. **A história das barragens no Brasil, séculos XIX, XX E XXI**: cinquenta anos do comitê brasileiro de Barragens. Rio de Janeiro: CBDB, 2011.

MOLLE, François. **Marcos Históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento**. Recife: Série Hidrologia, 1994.

MOREIRA NETO, Mariana. **Outro Sertão**: Fronteiras da convivência com o semiárido. Recife: Editora Massangana, 2013.

OLIVEIRA, Esmael Souza. **Uso e ocupação do solo no entorno do Açude de Boqueirão na área do sítio Frade, São José de Piranhas-PB**. 2016. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Licenciatura Plena em Geografia, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2016.

PORTAL DNOCS. **Bureau of Reclamation. Examination and Proposed rehabilitation Engenheiro Avidos Dam**. S.l.s 1972. RICE, O. L. Relação de inspeção. Barragem Piranhas. S. I., 1963. Disponível em: <<http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/barragens/Barragem%20da%20Paraiba/piranhas.htm>>. Acessado em: 03/07/2016.

QUEIROZ, R. de. **O Quinze**. 77. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 7. ed. Rio, São Paulo: Record, 1999.

RANGEL JUNIOR, Antonio Guedes. **Campina Grande hoje e amanhã**. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOARES, Maria de Lourdes. O Nordeste, a política e a vulnerabilidade da sobrevivência no Sertão. **Teoria: Política & Social**, v. 1, n. 1, p. 133-141, 2008.

SUDENE. **Nordeste**: uma estratégia para vencer o desafio da seca e acelerar o desenvolvimento. Brasília, 1999.

VIDAS secas. Direção: Nelson Perreira. Rio de Janeiro, 1963. 100 min. Son, preto e branco.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no Sertão**: história das secas no Nordeste nos séculos XIX E XX. São Paulo: Ática, 2001.